



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ÍTALO GUANAIS AGUIAR PEREIRA

**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS), NO PERÍODO DE 1992 A 1997**

SALVADOR

1999

ÍTALO GUANAIS AGUIAR PEREIRA

**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS), NO PERÍODO DE 1992 A 1997**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Faculdade de Ciências Econômicas da
Universidade Federal da Bahia como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Antônio Plínio Pires de
Moura.

SALVADOR

1999

“O conceito de relações sociais de gênero renova o repisado debate entre classe e sexo. Nas relações entre as classes, os indivíduos se apresentam uns aos outros e se vêem nesta relação mediados por suas práticas de vida mais imediatas, e nestas jogam as referências culturais e ideológicas relativas a sua própria categorização, no caso o ser homem ou ser mulher, que se relacionam na/além da produção de bens e serviços, adentrando a re-produção cotidiana da existência. O desafio é identificar em cada prática, em cada relação, a produção das subordinações, das resistências e das cumplicidades”.
(Mary G. Castro e Lena Lavinas, 1992, p. 242)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expor aqui, meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que ajudaram para realização deste trabalho monográfico. Vale ressaltar que sem a contribuição delas, seria mais difícil a finalização desta monografia.

Agradeço as pessoas mais importante da minha vida: minha mãe, Corina, a quem dedico esta monografia e, sem dúvida, a quem devo tudo que sou; a meu pai, Nelson, que, com sua responsabilidade e cobranças serviu de exemplo à levar em frente este trabalho, apesar da distância que nos separa. A meus irmãos Nelsinho, Yoisu, Sabrina, que de uma forma ou de outra contribuíram e muito para a transposição dos obstáculos.

Ao professor Antônio Plínio, mais que um orientador, sempre solícito e atento durante o processo de construção desta monografia, constituiu-se em exemplo de dedicação, cujos compromissos em ensinar jamais serão esquecidos. Como também, a todos os professores da Faculdade de Economia, com quais tive a oportunidade de crescer, apurando enormemente meu senso crítico, no processo investigativo, na busca do saber.

A Galdino, sem o qual não teria terminado este estudo, agradeço pela revisão dos textos, críticas e sugestões bem colocadas.

A Rosângela pelos textos e bibliografia enviados, desde Florianópolis, que ajudou a esclarecer e muito a construção deste trabalho.

A socióloga Vanda Sá Barreto, a quem não pode deixar de figurar meu agradecimento, pelas observações e sugestões feitas na fase inicial de desenvolvimento deste estudo, sobretudo pela oportunidade de crescimento a que me levou ao longo deste trabalho.

Agradeço, também, aos meus colegas de faculdade: Adriana, Alexandre (Paca), Ana Cristina, Cilene, Jackson, João Gonzaga, Joelma, José Costa (Quarenta), Laumar, Leormínio, Marcos G., Mário Jorge, Osvaldo, Raissa, Ribeiro, Thiago e a todos os outros, que não citados nominalmente, agradeço pelas contribuições diretas e indiretas para realização deste trabalho.

A todos os colegas da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), pelo incentivo e apoio.

RESUMO

Neste trabalho buscou-se verificar a hipótese levantada de aumento da participação da mulher no mercado de trabalho da RMS e pesquisar as formas de sua inserção naquele mercado. Utilizará dados secundários produzidos pelo IBGE, órgão oficial de estatísticas do Governo Federal, cujas informações utilizadas são proveniente de tabulações especiais dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), no universo da PEA da RMS. A PNAD, realizada pelo IBGE desde a década de 70 na RMS, com publicações mais continuadas a partir da década de 80, é feita nos anos em que não ocorre o Censo Demográfico. Nela são captadas características sócio-econômicas da população, como a composição por gênero e cruzamentos estatísticos capazes de captar níveis de escolaridades, níveis de rendimentos, faixa etária, raça e a participação nos setores de atividades. Os dados da PNAD privilegiam informações sistematizadas do período de 1992 a 1997, em que se pretende comentar os resultados neste trabalho monográfico¹.

¹ Cabe ressaltar que, no período a ser analisado nesta monografia, 1992 a 1997, não foi realizada pelo IBGE, por motivos não explicados, a PNAD do ano de 1994.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

1	Taxa de Desemprego Aberto por Gênero (Brasil – 1981/90)	28
2	Taxa de Participação da População Ocupada por Gênero (Brasil – 1981/90)	28
3	Taxa de Participação da PEA por Gênero (Brasil – 1981/90)	30
4	Indicadores do Mercado de Trabalho (RMS – 1992/97)	35
5	Composição por Posição na Ocupação, Segundo o Gênero (RMS – 1992/97)	39
6	Taxas de Variações de Índices no Mercado de Trabalho (RMS – 1992/97)	40
7	Pessoas Ocupadas por Gênero e Anos de Estudo (RMS – 1992/95)	43
8	Mulheres Ocupadas por Anos de Estudo e Rendimento (RMS – 1992/95)	44
9	Pessoas Ocupadas por Gênero e Rendimento (RMS – 1993/95)	46
10	Pessoas Ocupadas por Gênero, Anos de Estudo e Rendimento (RMS – 1995)	48
11	Pessoas Ocupadas por Gênero e Faixa Etária (RMS – 1992/95)	49
12	Pessoas Ocupadas por Gênero e Raça (RMS – 1992/95)	51
13	Pessoas Ocupadas por Gênero nos Setores de Atividades (RMS – 1993/95)	52

LISTA DE GRÁFICOS

1	Taxa de Desemprego Aberto no Brasil, de 90 a 97	32
2	Indicadores do Mercado de Trabalho na RMS, 1992 – 1997	34
3	População residente por naturalidade na RMS, segundo o sexo, anos de 92 e 97	35
4	População Ocupada por Setores de Atividade na RMS, de 92 a 97	37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	METODOLOGIA	10
2.1	DEFINIÇÃO DE CONCEITOS E ÍNDICES UTILIZADOS	12
3	ASPECTOS GERAIS DO TRABALHO FEMININO	15
3.1	CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS DO TRABALHO FEMININO	15
3.2	CARACTERÍSTICAS TEÓRICAS DO TRABALHO FEMININO	18
3.3	A MULHER E O TRABALHO	20
3.3.1	A mulher e a Família	22
3.3.2	Divisão Sexual do Trabalho	23
3.3.3	Questão Cultural	25
4	O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR DE 92/97	27
4.1	O DESEMPENHO ECONÔMICO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO	27
4.1.1	Década de 80	27
4.1.2	Década de 90	30
4.2	CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO DA RMS, DE 92/97	33
5	OS IMPACTOS DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS, NO PERÍODO DE 92 A 97	38
5.1	A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO	38
5.2	O PERFIL DA MULHER OCUPADA NO MERCADO DE TRABALHO	42
5.2.1	Níveis de Escolaridade	42
5.2.2	Níveis de Rendimentos	45
5.2.3	Faixa Etária e Raça	49
5.2.4	A participação nos Setores de Atividades	51

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	56

1 INTRODUÇÃO

Existe atualmente um número maior de pessoas pressionando o mercado de trabalho, principalmente com a mudança de composição de gênero da força de trabalho (Azevedo, 1995). Em função deste fenômeno, foi construído como objetivo de estudo uma análise da participação da mulher no mercado de trabalho na RMS (Região Metropolitana de Salvador), de 1992 a 1997, tendo por base os dados individuais da PNAD e PME. Assim, procurou-se estabelecer relações entre níveis de escolaridade, rendimentos, faixa etária, raça e a participação nos setores de atividades visando identificar a existência de possíveis fatos no que concerne os principais determinantes da oferta de trabalho feminina.

Neste trabalho buscou-se verificar a hipótese levantada de aumento da participação da mulher no mercado de trabalho da RMS e pesquisar as formas de sua inserção naquele mercado. Para tanto, estruturou-se este trabalho como se descreve a seguir.

O segundo capítulo apresenta algumas considerações metodológicas sobre as fontes, limitações e as possibilidades de uso dos dados, que explicam, em parte, como se trabalharam as informações disponíveis, em função das mudanças conceituais. Em seguida, partiu-se para as novas definições, procurando-se destacar as principais mudanças ocorridas anteriormente ao período analisado.

O terceiro capítulo tem como objetivo um pequeno resgate histórico do trabalho desenvolvido pelas mulheres através do tempo e a evolução de sua participação no processo produtivo, para, em seguida, fundamentar-se teoricamente as características do trabalho feminino com uma discussão sobre sua produção e reprodução. Por fim, uma análise sobre a mulher e o trabalho quando refere-se à família, à divisão sexual e às questões culturais que influenciam na decisão ou não de sua inserção no mercado de trabalho.

O quarto capítulo analisa o perfil do mercado de trabalho da RMS, antes e durante o período a ser estudado, procurando identificar os fatores econômicos que vieram a contribuir para sua caracterização.

No quinto capítulo deste trabalho procura-se esclarecer a participação da mulher no mercado de trabalho da RMS, com o objetivo de traçar o perfil da mulher ocupada neste mercado. São utilizados dados sobre o contingente ocupado da população economicamente ativa quanto ao gênero e escolaridade, remuneração média, faixa etária, raça e ramos de atividades em que estão envolvidas. Este perfil indicará como as mulheres estão segmentadas no mercado de trabalho na RMS.

2 METODOLOGIA

O debate teórico que está sendo desenvolvido sobre o trabalho feminino vem provocando reformulações nos métodos estatísticos de captação de dados. Tendo como modelo o trabalho regular, contínuo e remunerado nos países capitalistas mais avançados, os critérios de captação de informações sobre trabalho sempre se mostraram inadequados para perceber a atividade econômica das mulheres. O trabalho feminino costuma ser marcado pela descontinuidade, com entradas e saídas do mercado, uma vez que as mulheres procuram manter o equilíbrio entre as atividades produtivas e as funções reprodutivas que lhes são atribuídas (Bruschini, 1998). Em função disto, a seguir, serão apresentadas novas definições metodológicas a respeito do mercado de trabalho com o objetivo de esclarecer considerações e críticas a respeito das limitações conceituais que detectam movimentos significativos do mercado de trabalho da RMS.

Esta monografia utilizará dados secundários produzidos pelo IBGE, órgão oficial de estatísticas do Governo Federal, cujas informações utilizadas são proveniente de tabulações especiais dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), no universo da PEA da RMS. A PNAD, realizada pelo IBGE desde a década de 70 na RMS, com publicações mais continuadas a partir da década de 80, é feita nos anos em que não ocorre o Censo Demográfico. Nela são captadas características sócio-econômicas da população, como a composição por gênero e cruzamentos estatísticos capazes de captar níveis de escolaridades, níveis de rendimentos, faixa etária, raça e a participação nos setores de atividades. Os dados da PNAD privilegiam informações sistematizadas do período de 1992 a 1997, em que se pretende comentar os resultados neste trabalho monográfico¹.

A PNAD é uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho, cuja coleta de dados é feita nas unidades domiciliares, através de um plano amostral baseado no Censo Demográfico. No entanto, por ser uma das fontes de dados mais utilizadas, vários

¹ Cabe ressaltar que, no período a ser analisado nesta monografia, 1992 a 1997, não foi realizada pelo IBGE, por motivos não explicados, a PNAD do ano de 1994.

foram os trabalhos publicados que apontaram um conjunto de considerações e críticas a respeito das limitações conceituais da PNAD (Bruschini, 1998).

Em primeiro lugar, houve críticas de ordem mais geral a respeito da matriz conceitual em que era concebida a PNAD, fortemente influenciada pelos conceitos estatísticos norte-americanos, com procedimentos e definições para a coleta de dados que é própria das sociedades capitalistas avançadas. No caso brasileiro, a pesquisa ainda deixa de captar uma série de informações significativas para melhor caracterizar o cenário sócio-econômico. Uma das críticas mais contundentes é a diferenciação no mercado de trabalho, em particular “o mercado informal”, que se constitui num setor significativo de mercado.

Em segundo lugar, é importante registrar uma limitação metodológica da coleta de dados, decorrente da pesquisa ser realizada anualmente, porém tomando como referência apenas o período de uma semana.

Na década de 80, em função das demandas de vários setores da sociedade e usuários dos dados, várias alterações foram introduzidas no questionário do IBGE (educação em 1982, previdência em 1983, fecundidade em 1984, situação do menor em 1985, anticoncepção em 1986...), muitas com o objetivo de desvendar o trabalho feminino. Além destas mudanças foi inserida a possibilidade do entrevistado indicar seu trabalho habitual ou eventual, nos 12 meses anteriores ao levantamento. Essa mudança, em especial, aparentemente pequena, pode ter levado muitas mulheres que exercem esporadicamente atividades econômicas a se declararem trabalhadoras. Novas mudanças incorporadas à PNAD a partir de 1992, levaram mais a fundo a revisão do conceito de trabalho. Este foi o ponto principal para a escolha da PNAD como fonte de dados e o corte temporal para estudo nesta monografia.

O novo conceito de trabalho da PNAD, adotado a partir de 1992, segundo Bruschini (1998), incorporou as seguintes definições:

ocupações remuneradas em dinheiro, mercadorias ou benefícios;

ocupações remuneradas em dinheiro, mercadorias ou benefícios no serviço doméstico;

ocupações sem remuneração na produção de bens e serviços realizados pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membros da unidade domiciliar, conta-própria ou empregador; e

ocupações desenvolvidas pelo menos uma hora na semana de referência na produção de bens ou benfeitorias para uso próprio.

Esta última mudança é significativa, uma vez que anteriormente só eram consideradas ocupadas as pessoas que trabalhassem 15 horas ou mais na semana de referência. É importante salientar, também, que é essencial para o estudo de gênero e do trabalho feminino a introdução dos pontos sobre nupcialidade e fecundidade, que dão maiores possibilidades de estudo do trabalho das mulheres em relação à sua situação familiar.

Serão, também, utilizados dados da PME (Pesquisa Mensal de Emprego), na década de 80, em função das mudanças metodológicas ocorridas na PNAD. A PME é uma amostra mensal realizada pelo IBGE na RMS desde junho de 1980, cujo plano amostral é feito com base na PNAD. Deste modo, também é uma pesquisa domiciliar, realizada através de uma amostra probabilística de domicílios, processo que garante a sua representatividade para as áreas metropolitanas pesquisadas (Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Belo Horizonte), consistindo em um sistema de investigações contínuas acerca das características da população no mercado de trabalho.

Objetivo principal da PME é permitir a análise conjuntural da situação de emprego e desemprego nas regiões pesquisadas através do fornecimento, em curto espaço de tempo destes respectivos indicadores, calculados a partir do levantamento de certas características da PEA na faixa etária de 15 anos ou mais de idade. Dessa forma, o acompanhamento desses indicadores propicia a avaliação das flutuações e a tendência, a médio e longo prazos, do mercado de trabalho. A PME tem como indicador central, o índice de desemprego aberto, medindo o conjunto de pessoas que não está trabalhando e procura trabalho, tomado como uma percentagem da PEA.

2.1 DEFINIÇÃO DE CONCEITOS E ÍNDICES UTILIZADOS

Diante das mudanças metodológicas apontadas, tornou-se necessário a seleção e a definição de alguns conceitos e índices da PNAD, que implicam na análise de novos aspectos do mercado de trabalho constantes deste trabalho monográfico. Sinteticamente, estes conceitos básicos, assim se definem:

PIA (População em Idade Ativa) – são as pessoas de 10 anos ou mais de idade;

PEA (População Economicamente Ativa) – são as pessoas ocupadas ou que estavam dispostas a trabalhar, tendo para isso tomado alguma providência efetiva;

PNEA (População Não Economicamente Ativa) – são as pessoas que não tinham trabalho e nem tomaram qualquer providência na semana de referência;

Atividade – é a classificação obtida através da finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade em que exercem a ocupação declarada; e

Ocupação – é a função, cargo, profissão ou ofício exercido pela pessoa na semana de referência. Sendo que, esta pessoa pode ter posições diferentes de ocupações: empregado assalariado, empregado assalariado doméstico, conta-própria, empregador, não remunerado, consumo próprio e construção uso próprio.

O conceito de trabalho adotado pela PNAD a partir de 1992, implicou na redução do horizonte temporal desta monografia visando trabalhar com dados homogêneos decorrentes das seguintes definições:

Taxa de Ocupação – é a relação entre o número de pessoas ocupadas sobre a PEA;

Taxa de Desemprego Aberto – é a relação entre o número de pessoas que não tinham trabalho e procuram efetivamente trabalho sobre a PEA;

Taxa de Atividade – é a relação entre o número de pessoas ativas (ocupadas + desempregadas) sobre a PIA;

Taxa de Informalidade² – é a relação entre o número de pessoas que trabalharam sem carteira assinada sobre o número de pessoas ocupadas;

Taxa de Precariedade³ – é a relação entre o número de pessoas que trabalharam mais de 40 horas por semana e receberam menos de 1 SM (Salário Mínimo) sobre o número de pessoas ocupadas;

Proporção de Pessoas Ocupadas por Setor de Atividade – é a relação entre o número de pessoas ocupadas num determinado setor (indústria de transformação, comércio, construção civil, serviços e outras atividades) sobre o número de pessoas ocupadas num determinado período de referência;

Proporção de Pessoas Ocupadas por Posição na Ocupação – é a relação entre o número de pessoas ocupadas em cada posição (empregado assalariado, empregado doméstico assalariado, conta-própria e empregador) sobre o número de pessoas ocupadas num determinado período de referência;

Nível de Rendimento – é o rendimento do trabalho principal efetivamente recebido no mês de referência da pesquisa; e

Nível de Escolaridade – é o número de anos de estudos concluídos pelas pessoas entrevistadas.

Portanto, estes serão os conceitos e índices a serem utilizados nesta monografia, em resposta às alterações de conceitos e índices metodológico introduzidos ao longo da realização da PNAD.

² É uma taxa não estatisticamente oferecida pela PNAD, mas calculada com base nos dados da PNAD, por sugestão de Lavinás (1996, p. 178).

3 ASPECTOS GERAIS DO TRABALHO FEMININO

O papel da força de trabalho, tanto feminina quanto masculina, é essencial ao desenvolvimento econômico em qualquer parte do mundo. São os homens e as mulheres que geram riquezas, que inventam máquinas e as distribuem. Enfim, a história econômica é a história das mulheres e homens que a constituem.

A condição da mulher está presente de forma clara em nosso cotidiano. É inegável a sua expressiva e crescente participação no mercado de trabalho. Sem precedência na história de nosso Estado, mulheres têm sido escolhidas para exercerem cargos eletivos. Enfim, as mulheres vêm se destacando em várias áreas. Embora as mulheres venham conquistando mais espaço, tanto a nível econômico quanto em direitos civis, a participação das mesmas no mercado de trabalho se dá de forma segregada em alguns ramos de atividade que, via de regra, remuneram mal, exigem baixa qualificação, associados ao trabalho secularmente desenvolvido pelas mulheres na reprodução e manutenção da família. Segundo Moser (1985), o que muito influencia essa segregação é o patriarcalismo, sistema que existia antes do capitalismo, colocando a mulher como *ser* inferiorizado em relação ao homem.

Este capítulo busca verificar alguns aspectos históricos e teóricos que contribuíram para o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, como também algumas relações do trabalho feminino com a família, a divisão sexual do trabalho e as questões culturais.

CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS DO TRABALHO FEMININO

O Terceiro Milênio se aproxima. Em 2000 anos de história a mulher viveu nada menos que aproximadamente 1800 anos em condições desiguais e de total submissão às ordens masculinas. Há cerca de 200 anos, começaram os primeiros esforços, no episódio da Revolução Francesa (no final do século XVIII), com relação à conquista da cidadania

³ Idem.

feminina. No Brasil, o feminismo⁴ chegou timidamente na primeira metade do século passado, mas somente nos anos 30 deste século é que teve a sua primeira grande conquista, com o direito das mulheres ao voto. Mais de 50 anos depois, as mulheres brasileiras tiveram outra grande conquista, com a Constituição de 1988¹, que consagrou a igualdade, com direitos e deveres entre homens e mulheres. No entanto, para Andrade (1998, p.14), com base nos "cálculos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), faltam ainda 475 anos para que se consiga a igualdade entre homens e mulheres, levando-se em conta a situação feminina no mercado de trabalho". Com isso, continua-se verificando as distorções e a precarização do trabalho feminino.

Historicamente, pode-se afirmar, e assim o fez Madeira e Singer (1973), que a mulher sempre trabalhou, ela nunca esteve "alheia" ao mundo do trabalho.

Nas sociedades pré-capitalistas, mais especificamente na Idade Média, as relações sociais de produção eram baseadas no trabalho artesanal, quando o produtor detinha as ferramentas e o produto de seu trabalho era apropriado por ele e sua família. Como unidade produtora, a família² desenvolvia suas atividades econômicas no mesmo local de moradia onde a fronteira entre o trabalho doméstico e produtivo era muito tênue.

Nesta configuração produtiva, segundo Saffioti (1979), a mulher estava integrada ao processo produtivo, desempenhando um papel relevante no mundo econômico, embora não fosse emancipada a ponto de prescindir da tutela masculina concretizada através do casamento.

⁴ "Em termos gerais poderíamos definir o feminismo como a consciência adquirida sobre a situação de subalternidade da mulher na sociedade, bem como da necessidade de se estabelecer iniciativas políticas para modificar essa situação. Assim, a categoria '**feminismo**' refere-se a uma doutrina e/ou a um movimento social voltado para a transformação da situação da mulher na sociedade"(Costa, 1997, p. 30).

⁵ A quem interessar um maior aprofundamento sobre essas conquistas ver: Constituição do Brasil de 1988, Artigo 7º do Capítulo II (*Dos direitos sociais*).

⁶ Será melhor abordada essa unidade produtiva, nesse CAPÍTULO III no ponto 3.2, onde se dará uma maior abrangência, indispensável na análise das interdependências que marcam a vida profissional das mulheres e o processo familiar.

Com o advento do modo de produção capitalista, as relações sociais de produção mudaram de caráter. A propriedade dos meios de produção passou a estar desvinculada do produtor e a produção se dá fora do ambiente familiar, em um lugar onde os equipamentos e as máquinas se concentram. Nesse tocante, de produção fabril, quando a força muscular já não é mais um fator determinante, pois o maquinário não mais a exige, permite-se a utilização de força de trabalho com reduzida força física, como as mulheres. Os níveis de remuneração eram muito baixos, o que acabava por incentivar o emprego do maior número possível de membros da família. Por outro lado, a idéia de que a mulher seria submissa, obedecendo passivamente, agradava aos empregadores que podiam empregá-las por salários menores com reduzida possibilidade de contestação, diferentemente do que ocorreria com os empregados de sexo masculino. Esta "preferência" acabou gerando reações, tanto na Inglaterra como na França, por parte da mão-de-obra masculina, segundo Saffioti (1979).

A resistência da sociedade à substituição da mão-de-obra de que se fala anteriormente, poderia ajudar a explicar, mas, nem de longe, responde à indagação por que os empregadores não substituíram ao máximo o trabalho masculino pelo feminino, já que o mesmo se mostrava abundante e poderia proporcionar redução nos custos de produção, naquela época. A hipótese levantada como principal fator que levou a um incremento da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, foi o nível de pauperização da classe trabalhadora na época. Outro fator a se considerar é que, na medida em que as operárias foram abandonando a força de trabalho nas indústrias, foi crescendo a sua participação no Setor Terciário, segundo Singer (1977).

No período contemporâneo, quando vários países já atingiam um nível maior de industrialização, demonstra-se uma participação crescente da força de trabalho feminina no mercado. Parte desta inserção ocorre pela "necessidade econômica, que se intensificou com a deterioração dos salários reais dos trabalhadores e que as obrigou a buscar uma complementação para a renda familiar" (Bruschini, 1994, p.179), mesmo com padrão salarial muito baixo, situação que permeia o capitalismo desde sua emergência, e parte pela diminuição do tempo necessário para a execução do trabalho doméstico através da utilização de máquinas e equipamentos domésticos ou equipamentos sociais criados para atender a estas demandas, como creches, escolas, lavanderias etc., embora o acesso não

seja generalizado tanto às máquinas e equipamentos, em função dos seus preços, como aos equipamentos sociais, em função de sua oferta reduzida.

É claro que não podemos ver esta questão da emancipação feminina com um único objetivo de subsistência familiar, de forma mecânica e isolada de alguns fatores sociais e econômicos. Há que se considerar a interação dinâmica entre elementos teóricos de produção e a reprodução do trabalho feminino para explicar a participação feminina no mercado de trabalho e a sua própria condição social.

CARACTERÍSTICAS TEÓRICAS DO TRABALHO FEMININO

A mulher e o trabalho sempre tiveram relações estreitas, mas pouco reconhecidas pela sociedade onde vivemos. A mulher sempre trabalhou muito como doméstica do lar, mas somente ultimamente se começou a perceber que ela, com o seu trabalho, contribuiu e muito para a construção da sociedade, e sem nenhum tipo de remuneração. Dentro desse panorama, notou-se que "os principais rumos seguidos pelo debate teórico em torno da questão do trabalho feminino revelam que os impasses provocados por uma forma de ver a participação feminina na sociedade brasileira pela ótica apenas da produção não demoraram muito a emergir. Enquanto, de um lado, questionava-se o papel libertador da atividade remunerada feminina em países não desenvolvidos³, de outro, alertava-se para a ausência, na maior parte dos trabalhos produzidos, de referência ao papel reprodutivo da mulher" (Bruschini, 1994, p.19). Entretanto, segundo Mello & Pena (1985), a única diferença entre a produção doméstica e a produção "lá fora" seria a gratuidade da primeira. Mas, segundo eles, mesmo não havendo o circuito de troca da primeira, esta não deveria ser negada como importante variável econômica na construção da sociedade.

³ Para melhor compreensão desse debate segundo Bruschini, ver: RODRIGUES, Jessita M.. **A Mulher Operária - um estudo sobre as tecelãs**. São Paulo: Hucitec, 1979.

No entanto, a limitação básica da mulher para o trabalho fora do lar tem a ver com as críticas aos argumentos de inspiração *darwinista*⁴, que baseavam na força natural à sujeição das mulheres, segundo Mill (1985, p.19)⁵, em que, "durante a maior parte da duração da nossa espécie, a lei da força era a regra confessa de conduta universal, sendo qualquer outra apenas uma consequência especial e excepcional de relações peculiares".

Por outro lado, a integração das mulheres enquanto assalariadas nas sociedades capitalistas vai certamente em direção a uma transformação da relação salarial, já em marcha a partir do final da 1ª Grande Guerra, como constata Bulport (1987), tendo em vista as diversas reestruturações por que passou o sistema capitalista. Tal inserção, certamente, não é de pouca importância para o desenvolvimento do aparelho reprodutivo, principalmente a partir dos anos 70, com a fixação das mulheres na atividade econômica e, conseqüentemente, a sua representação nas taxas de ocupação e desemprego.

Sendo assim, "parece que as diversas teorias de segmentação do mercado de trabalho argumentam do ponto de vista do *capital*: dominação de uma parte do aparelho produtivo em relação a uma outra; controle sobre a mão-de-obra; e estratégia de dividir a mão-de-obra. Todos esses fatores combinados permitem a reprodução do sistema capitalista e suas formas de dominação. Ora, sem subestimar o poder do capital a sua capacidade de absorver certas lutas e certas reivindicações, estas, ao mesmo tempo, não são conduzidas sem uma coesão fundamental (hierarquia, estruturas salarial, ritmo da produção...), de forma a colocar em questão uma certa ordem estabelecida e a fazer avançar este estado de coisas e as idéias a partir da ótica do trabalho" (Bulport, 1987, p.21).

Desta forma, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela

⁴ No entendimento de Mill (1985), os darwinistas seriam caracterizados ao longo da evolução dos tempos e das mudanças de valores, em que o homem, por suas condições físicas mais avantajadas, domina o "sexo frágil", no sentido das desigualdades de direitos serem muito maiores.

⁵ Todo o conjunto do debate teórico do trabalho feminino tem como marco inicial o texto "A sujeição das mulheres", de Stuart Mill em 1869, com forte influência exercida por sua esposa Harriet Taylor, cuja reflexão sobre a condição feminina é um dos primeiros, dentre outros autores, passos inspiradores para a luta por igualdade jurídica, política e econômica (Mello & Pena, 1985).

constituição do *gênero-para-si-mesmo* possibilite também a emancipação do gênero mulher, segundo Antunes (1995, p.46), procurando romper velhas dicotomias entre a produção e reprodução, assim como as relações sociais entre os gêneros. Enfim, "não se trataria, portanto, de substituir uma história dos homens por uma história das mulheres, ou traçá-las em paralelo, mas entender a dinâmica das relações sociais, como sexualizadas" (Castro, 1992, p.89).

Com isso, não se corre o risco de permanecer no plano das idealizações conceituais. É necessário considerar outras clivagens, como: a mulher e a família; a divisão sexual do trabalho; e, por último, as questões culturais, a serem discutidas no próximo sub-item desse capítulo.

A MULHER E O TRABALHO

Muitas são as questões a serem debatidas sobre o trabalho feminino com relação ao trabalho como um todo. Para isso, é necessário rever o próprio conceito de trabalho que, segundo Sandroni (1994, p.352), "é a atividade humana voltada para a transformação da natureza, com o objetivo de satisfazer uma necessidade". Desse modo, deve-se incluir formas não monetarizadas de participação na produção social, entre elas as atividades ditas "não-produtivas", como é o caso da produção de valores de uso e da prestação de serviços na unidade doméstica. Uma vez que historicamente, como afirma Motta (1992, p.32), "é um trabalho pré-capitalista de produção coletiva familiar (embora centrado na mulher/mãe/trabalhadora), de valores de uso, realizadas em âmbito doméstico".

No capitalismo, o trabalho passa a ter algumas características estruturalmente novas, ainda segundo Motta (op. cit.), já que é designado a uns poucos indivíduos, onerando-os temporal e existencialmente, e liberando os outros (membros da família) para o trabalho assalariado fora de casa. Podendo esse trabalho ser realizado tanto por homens como por mulheres.

Esse é um ponto fundamental, analisado por Bruschini e Rosemberg (1982, p.11), considerando quanto à participação da mulher em atividades produtivas "extra-lar", que dependem não só das oportunidades efetivas existentes no mercado de trabalho, mas também das possibilidades determinadas pela posição que ela ocupa na família e pela classe social a qual esta pertence, dando ênfase a uma estratégia de sobrevivência familiar, no sentido de compensar a perda de poder aquisitivo dos salários do chefe de família, não só durante a década de oitenta como, também, nos primeiros anos da década de noventa.

Posteriormente a essa visão, foram incorporadas outras explicações por Lima (1997, p.83), abaixo relacionadas:

as mudanças comportamentais, tanto dos homens como das mulheres, em relação ao engajamento de pessoas do sexo feminino no mercado de trabalho;

a produção industrial de bens doméstico, facilitando a ausência das mulheres em casa;

a queda da taxa de fecundidade, que diminui os períodos de gestação; e

d) o crescimento do número de empregos femininos oferecidos.

Nesse contexto, o objetivo é investigar de que forma e com qual intensidade alguns fatores individuais e familiares influenciaram na decisão da mulher em participar do mercado de trabalho em diferentes estágios de desenvolvimento econômico, social e cultural. Sem a intenção de cair no "reducionismo" de causa que explicaria a intensificação de uma *consciência de mulher*, como chama atenção Bulport (1987, p.15), pelo ingresso expressivo das mulheres no mercado de trabalho. Muito pelo contrário, a interdependência dos elementos de ordem econômica, demográfica⁶, social e cultural deve ser "sublinhada" antes de se iniciar qualquer análise do trabalho das mulheres.

⁶ A ser discutida no CAPÍTULO IV, quando se delinear o perfil do Mercado de Trabalho da RMS.

A mulher e a Família

Um fator importante de influência no trabalho da mulher, é a família. Verifica-se que as mudanças nas relações familiares constituem um dos pontos fundamentais para o entendimento desse processo. As mulheres assumem progressivamente a posição de provedoras de grupos doméstico⁷, frequentemente partilhando-a com um companheiro. No entanto, o entendimento desse processo não pode ser dissociado de outros fatores, correlatos à dinâmica da vida familiar e à reprodução do cotidiano.

Nesse sentido, convém destacar dois pontos de fundamental importância no entendimento da reprodução e produção do trabalho. Primeiro, a estreita relação entre a participação das mulheres no mercado de trabalho e na renda familiar. Pois sendo a família unidade de rendimentos, o que implica no uso da mão-de-obra disponível no domicílio como meio de sobrevivência da família, aquela participação ficou sendo uma forma de superar a perda do poder aquisitivo da família. Com isso torna-se necessário a disponibilização de indivíduos para o mercado de trabalho, quase sempre mulher ou criança, uma vez que a soma de salários no grupo doméstico, frequentemente, significa a superação dos níveis de pobreza em classes de baixos rendimentos e/ou incluindo uma perspectiva de mobilidade social de melhoria do nível de vida, em outras classes de rendimentos.

O segundo ponto, são as mudanças estruturais ocorridas na família nos últimos tempos, tais como o declínio da taxa de fecundidade e o crescimento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, apontando um conjunto de transformações que se encontram em curso e podem explicar a reconstrução de uma esfera da reprodução, onde as funções familiares são redefinidas, as relações familiares e o modo de socialização pela família se transformam, ligando-se à escola, aos serviços públicos e aos espaços urbanos.

⁷ Numa perspectiva mais ampla para Rapp, os indivíduos não vivem em famílias e sim em unidades domésticas, constituindo (ou não) grupos domésticos, ou seja, grupos co-residentes que compartilham recursos e se organizam para dar conta das tarefas necessárias a sua sobrevivência. 'Família', por sua vez, é um conceito que oferece normas para a formação de unidades domésticas e a organização/divisão das tarefas entre o grupo doméstico (Rapp apud Sadenberg, 1997, p.8).

Desse modo, como afirma Guimarães (1992, p.59), "o próprio espaço de trabalho doméstico se estende também ao mercado de bens de consumo", necessitando, assim, segundo Silva (1997), de uma combinação entre a reprodução que passa no ambiente familiar e a produção que passa no ambiente de trabalho. O trabalho da mulher, é importantíssimo, ainda segundo Silva (op. cit.), uma combinação entre as duas esferas, pois, como característica do próprio gênero, ela necessita disso, para a manutenção da família.

Dito isso, é importante lembrar que as transformações ocorridas na estrutura da família decorrem, de modo genérico, de dois processos básicos: mudanças das relações de poder no interior da família e o crescimento de outros arranjos familiares⁸ (além da nuclear), entre os quais se destacam as famílias com chefes femininas, conseqüentemente, uma maior disponibilização da mulher para o mercado de trabalho e outras atividades correlatas ao trabalho.

Divisão Sexual do Trabalho

Quando se leva em consideração características, tais como posição no grupo familiar (ser chefe de família, esposa, filha, outros parentes e agregados)⁹, acrescentam-se outras especificidades ao perfil da mulher trabalhadora, não por orientações subjetivas, mas por um processo de divisão sexual do trabalho, legitimado por uma ideologia e interesses materiais, segundo Mary Castro (1990), a exemplo do dispor de uma mão-de-obra mais barata ou de uma força de trabalho com menor poder de pressão e, portanto, mais facilmente controlável¹⁰.

⁸ A quem interessar um maior aprofundamento sobre os novos arranjos familiares e os dados que comprove estas mudanças, ver: Sardenberg (1997); Santos (1997).

⁹ Essa conceituação de família se encontra no CAPÍTULO II, desse trabalho monográfico, para maiores esclarecimentos.

¹⁰ Para maiores esclarecimentos ver: Antunes (1995, p. 62)

A importância do conceito de divisão sexual do trabalho, vai desde quando "o trabalho passou a ser dividido em duas esferas distintas: de um lado, a Unidade Doméstica; e do outro, a Unidade de Produção. A essa fragmentação, correspondeu uma divisão sexual do trabalho, cabendo ao homem o trabalho produtivo extra-lar, pelo qual passou a receber salário, enquanto à mulher coube principalmente a realização das tarefas relativas à reprodução da força de trabalho, sem remuneração" (Bruschini; Rosemberg, 1982, p.10). A diferenciação entre as atividades econômicas e a correspondente incorporação dos sexos, configuram novos padrões de exploração marcada pelo baixo valor da força de trabalho feminina e por sua submissão às condições de exploração mais intensas. Essa é a perspectiva de diferenciais por sexo que analisa Souza Lobo (1989, p.8): "A incorporação da noção de divisão sexual do trabalho permitiu perceber a construção social de um espaço dito 'natural' à mulher-a-família cujos os traços determinam também toda posição desigual da mulher na sociedade".

Mas, por outro lado, para não reduzir a força do conceito de divisão sexual do trabalho, as reivindicações inseridas nas dimensões da *produção social* englobam casa e trabalho, ou seja, não se resume esta análise à família ou sobre o exercício do trabalho doméstico. Há que se considerar a forma como a mulher é tratada no mercado de trabalho e a segregação ocupacional. Para reavaliar este processo, Cappellin (1996, p.158) sugere três tipos de preocupações: "Visibilizar as contribuições sociais das mulheres trabalhadoras de vastos contingentes da população; valorizar o saber profissional acumulado por diferentes gerações de mulheres trabalhadoras; e reequilibrar antigas defasagens sabendo introduzir o princípio de equidade de oportunidades entre homens e mulheres". Portanto, apoiado na idéia de que nem todo espaço profissional é imposto, surge a preocupação de entender alguns mecanismos do mercado de trabalho¹¹ que possam diferenciar as formas de discriminação das formas e dos comportamentos que nascem¹², ao contrário, da articulação entre opções subjetivas e disponibilidades objetivas do mercado.

¹¹ Este processo pode ser notado, com o aumento significativo da escolaridade feminina nos últimos tempos, levado por uma maior demanda no mercado de trabalho por mão-de-obra qualificada, como pode se notar no CAPÍTULO V, no sub-item 5.2.1, desse trabalho monográfico.

¹² Para maiores esclarecimentos, ver: Cappellin (1996, p.164-167).

Questão Cultural

A participação econômica feminina tem integrado a mulher no processo de desenvolvimento sócio-econômico e até contribuiu para modificar seu papel tradicional no mercado de trabalho, na sociedade e na esfera doméstica, mas não alterou realmente seu status econômico e social porque não mudou substancialmente a distribuição de poder e de oportunidades entre gêneros.

Não só os fatores econômicos determinarão a problemática no mercado de trabalho, como afirma Safa (1992), pois esses fatores estão integrados de uma forma complexa aos fatores culturais, o que leva restringir de maneira indevida a contribuição da mulher na vida econômica.

Dessa forma, os fatores culturais, a exemplo do uso de contraceptivos e as mudanças nos arranjos familiares, são somados a outros psicológicos, ajudando a formar um perfil da mulher, enquanto trabalhadora, levando à crença de certas inclinações "naturais" não apenas na família, mas também, na organização doméstica familiar, sobretudo, na divisão sexual do trabalho e aos diferentes papéis que cabem ao homem e à mulher nessa organização. Para Durham (1983, p.15), "a relação dessa divisão sexual do trabalho com o papel da mulher no processo reprodutivo permite que vejam todos os papéis femininos como derivados de funções biológicas". Tudo isto se dá frente a um processo que estabelece um sistema de classificação de ocupações masculinas e femininas, que pode levar a um recrutamento baseado no sexo e não em capacidade, e que perpetua crenças arbitrárias, quanto às habilidades e deficiências da mulher enquanto trabalhadora.

No entanto, a ênfase no papel da mulher como educadora no Brasil fundamentou a luta das mulheres pelo direito à educação. Como afirma Sardenberg (1997, p.11), "com a aceleração do processo de industrialização no país e a diversificação do mercado de trabalho, abriu-se também espaço para a incorporação de mulheres de nível superior em ocupações qualificadas, o que, ao lado de mudanças nos padrões de consumo das camadas médias, tem contribuído para uma maior aceitação do trabalho fora do lar para as mulheres. Por sua vez, a maior participação de mulheres no mercado de trabalho ao lado do

desenvolvimento de métodos contraceptivos mais eficazes, explica, em grande parte, a queda nas taxas de fecundidade feminina. Outras mudanças também vêm ocorrendo no que diz respeito ao retardamento da idade das mulheres ao casarem, bem como no nascimento do primeiro filho. Além disso, embora os dados censitários sejam omissos no que se refere às relações familiares e à divisão sexual do trabalho na esfera doméstica", existem indícios de que vem mudando em relação a uma maior participação dos homens na realização das tarefas ditas doméstica. Tais mudanças, no que se refere aos fatores culturais, vêm contribuindo para a incorporação da mulher no mercado de trabalho, mesmo com a permanência ainda de conceitos previamente formados em relação a essa incorporação.

O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR DE 92/97

O objetivo deste capítulo é analisar as características do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador (RMS), no período de 92 a 97, assim como o período que o antecede, tendo como requisito básico o desempenho econômico do Brasil, que influenciou este comportamento, em particular os reflexos das políticas econômicas aplicadas sobre o mercado de trabalho na RMS. Para tanto, torna-se necessário demonstrar as transformações conjunturais e estruturais do mercado de trabalho, objetivando caracterizar a maior incorporação da mulher naquele da RMS, durante este período.

O DESEMPENHO ECONÔMICO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO.

4.1.1 Década de 80

Considerando que a participação no mercado de trabalho é afetada pelo desempenho econômico, a década de 80 caracterizou-se como sendo um período de forte recessão econômica, que atingiu-o diretamente com uma queda acentuada no processo de crescimento econômico do pós-guerra, baseado na industrialização via substituição das importações, que já delineava-se no final da década de 70 (Camargo, 1996). Essas dificuldades foram provocadas pelo aumento dos custos com as importações e pelas altas taxas de juros internacionais, levando o Brasil a uma forte crise cambial, situação examinada por Sabóia (1985).

A política adotada pelo Governo nos três primeiros anos da década de 80 levou a um decréscimo da produção e aumento do desemprego, nota-se na Tabela 1, provocando um declínio nas exportações, agravando ainda mais a crise cambial. Simultaneamente, o Brasil convivia com crescentes taxas de inflação.

TABELA 1 – Taxa de Desemprego Aberto por Gênero

Brasil – 1981 a 1990 (%)

Gênero	Anos							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1990
Total	4,3	4,9	4,3	3,4	2,4	3,6	3,8	3,7
Homens	4,2	4,9	4,1	3,2	2,3	3,4	3,6	3,8
Mulheres	4,4	4,8	4,6	3,8	2,7	4	4,2	3,4

Fonte: IBGE/PNAD. Parcialmente reproduzida de Braga, 1995.

As consequências mais fortes das políticas econômicas implementadas, ainda mais recessivas, onde cortaram-se os gastos públicos, as exportações e o crédito, levaram a um declínio nos níveis de atividade econômica. O Produto Interno Bruto apresentou uma queda de 3,2% - com aumento do desemprego e do subemprego.

Na segunda metade do ano de 1984, notou-se alguma recuperação, principalmente na Indústria de Transformação voltada para a exportação (Lima, 1997). Em face a essa nova realidade, a economia tomou maior impulso em 1985, com o crescimento da produção para o exterior, associado paralelamente ao fortalecimento do mercado interno, motivado por ganhos salariais por parte dos trabalhadores e pela queda nas taxas de desemprego (Dedecca, 1986), nota-se na Tabela 1.

Pode-se notar um cenário econômico distinto ao de 1983, quando observado o de 1986, período de implementação do Plano Cruzado, que levou à eliminação da inflação em um primeiro momento, provocando um aquecimento da procura interna. Em decorrência disso, as indústrias que mantinham capacidade ociosa aumentaram a produção, acarretando crescimento direto e indireto no nível de emprego, fato que pode ser constatado na Tabela 2.

TABELA 2 – Taxa de Participação da População Ocupada por Gênero

Brasil – 1981 a 1990 (%)

Gênero	Anos							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1990

Total	51,1	52,2	52,5	54,2	54,4	54,4	55	54,7
Homens	71,5	71,1	71,6	73,6	73,9	73,9	74	72,4
Mulheres	31,4	33,9	34	35,5	35,8	35,8	37,1	37,8

Fonte: IBGE/PNAD. Parcialmente reproduzida de Braga, 1995.

No ano de 1987, continuou a política de liberação de preços iniciada no final do ano anterior. Paralelamente, foi introduzida uma política de juros elevados, tendo como objetivo conter o reinício da aceleração inflacionária e o poder aquisitivo dos salários (Ramos, 1989). Para impedir o aumento da inflação, houve um novo congelamento dos preços com regras mais flexíveis que as do Plano Cruzado, tendo como política econômica adicional o controle da demanda, com o realinhamento das tarifas públicas e um rígido controle cambial.

Esse novo Plano Econômico, denominado Bresser, foi implantado em um período de reajustes de preços e defasagem salarial, tendo como consequências sinais de estagnação da economia, a reversão do ciclo de crescimento e a volta da inflação (Lazana; Cacciamali, 1988). O panorama de retração econômica e as elevadas taxas de inflação continuaram ao longo dos dois últimos anos da década de 80, provocando uma redução no nível de atividade econômica.

As dificuldades anteriormente citadas traduziram em instabilidade econômica, onde a inflação e os movimentos recessivos e expansivos abruptos se associaram sistematicamente ao longo da década de 80, caracterizando-a por ser uma década com “ganhos limitados e muitas vezes esparsos de produtividade, reorganização espontânea da estrutura econômica com comprometimento dos laços produtivos intersetoriais, estagnação do valor agregado global da economia e baixo incremento do nível de emprego formal” (Dedecca, 1996, p.23).

A década de 80 ficou, então, caracterizada como “década perdida”, período marcado pela crise da dívida externa. Essas políticas econômicas tiveram como objetivo um superávit comercial para pagar o serviço da dívida externa. Como os estímulos à exportação não foram suficientes, adotaram, então, algumas situações políticas de restrições à atividade econômica. “O saldo comercial foi então obtido com estagnação da economia, elevada

inflação e deterioração das finanças públicas, que terminaram conduzindo o país a uma situação próxima à da ingovernabilidade, ao final da década” (Mattoso; Baltar, 1996, p.8).

Diante desse quadro, onde as mulheres são as primeiras a serem demitidas e as últimas a serem reincorporadas em períodos de crise ou recessão, nota-se o contrário, nas Tabelas 1 e 2, em que a diminuição relativa das oportunidades ocupacionais ao longo da década de 80 no total do país incidiu sobre trabalhadores de ambos os sexos. Durante esse período de estagnação, o desemprego teve maior incidência sobre a mão-de-obra masculina, quando o desemprego feminino cresceu em menor proporção ao masculino, no final da década de 80. Por outro lado, a recessão econômica teria em menor escala afetado a incorporação da mulher à atividade assalariada, isto em parte explicado porque “... a ampliação de oportunidades de trabalho na administração pública, nos anos 80, favoreceu sobretudo os trabalhadores do sexo feminino”(Bruschini; Lombardi, 1996, p.486).

TABELA 3 – Taxa de Participação da População Economicamente Ativa por Gênero
Brasil – 1981 a 1990 (%)

Gênero	Anos							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1990
Total	53,4	54,8	54,8	56,1	55,8	55,8	57,1	56,7
Homens	74,6	74,8	74,6	76	75,6	75,7	76,6	75,3
Mulheres	32,9	35,6	35,6	36,9	36,8	36,8	38,6	39,1

Fonte: IBGE/PNAD. Parcialmente reproduzida de Braga, 1995.

Para Humphrey (1990), o desemprego masculino não constitui fator explicativo para o crescente ingresso de mulheres no mercado de trabalho, o que pode ser explicado por um crescimento do desemprego industrial, mão-de-obra tradicionalmente masculina.

4.1.2 Década de 90

A década de 90, para melhor análise do desempenho econômico, pode ser dividido em dois períodos: Plano Collor e Plano Real.

As medidas do Plano de Estabilização do Governo Collor provocaram uma série de impactos sobre a economia do país, em diversos níveis. A complexidades das modificações realizadas no âmbito das políticas fiscal, monetária e cambial, como também as novas regras de preços e salários, acarretavam um impacto imediato no que se refere ao nível de atividade econômica. Além do objetivo de derrubar a inflação do patamar elevadíssimo, foram adotadas estratégias que perseguiram simultaneamente diversos objetivos: uma redução drástica do déficit público, a recomposição das contas governamentais, a deflagração de um processo de privatização e a recuperação do controle dos instrumentos da política econômica, no que se refere aos aspectos monetários e fiscais.

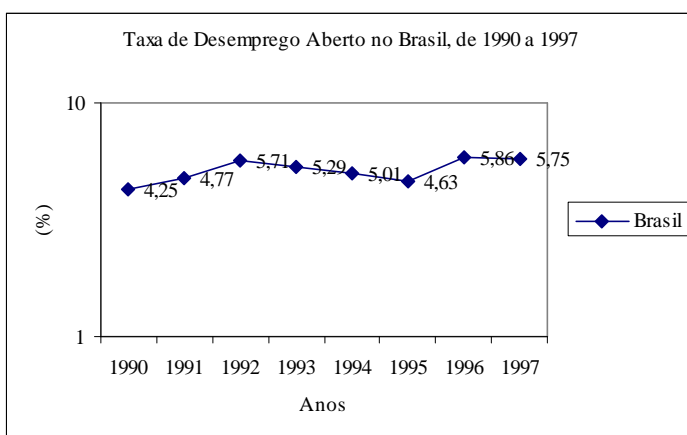
A abrupta retração monetária, em conjunto com as elevadas taxas de juros, determinou um brutal aumento da soma dos desocupados, ocupados sem rendimentos e ocupados com menos de 1SM mensal, de 24,06% em 1990 para 26,87% em 1992, na RMS. Simultaneamente, a nova regra salarial tinha como objetivo eliminar o mecanismo de indexação dos salários vigentes no período anterior, visando também o poder de compra dos assalariados, a partir de uma concepção de que era fundamental para o êxito do programa o controle rígido da demanda, evitando pressões inflacionárias verificadas em outros planos de estabilização. Com isso, a queda dos níveis de atividades econômicas foram inevitáveis, a exemplo do que ocorreu na taxa de atividade da RMS, que passou de 61,88%, em 1990, para 59,21%, em 1992¹⁷.

Na virada da década de 90, a economia sofreu um golpe duplo, com o processo repentino de abertura de mercado e a recessão, com crescentes níveis de inflação nos anos seguintes. Neste contexto, o setor produtivo entrou num processo de forte reestruturação, com base em técnicas organizacionais e gerências que serviram para aumentar a produtividade, ao custo de reduções significativas dos níveis de desemprego, que passam de 4,25%, em 1990, para 5,29%, em 1993, no Brasil (Gráfico I). Essa tendência foi reforçada pelo programa de estabilização adotada em 1994, com o Plano Real que, ao ancorar e valorizar a moeda nacional frente ao dólar norte americano e ao manter elevadíssimas taxas de juros no mercado doméstico, reforçou as tendências de reestruturação econômica, marcadas por uma crescente internacionalização das empresas e do próprio mercado. Esse movimento

¹⁷ Para maiores esclarecimentos, ver: Nascimento (1996, p.26).

tem promovido uma destruição sistemática de uma base de trabalho assalariada, que jamais foi predominante no mercado nacional de trabalho, e que em parte é absorvida pelo crescimento da informalidade e a deterioração da ocupação formal.

GRÁFICO I



Fonte: IBGE/ PME (Médias Anuais)

O Plano Real teve como objetivo principal do governo a preservação da estabilidade da economia e da moeda nacional. Tendo, antes de ser implantado, passado por um processo de transição da moeda antiga, o Cruzeiro, para nova moeda, o Real, em 1994. O programa de estabilização foi implantado visando diminuir a inflação, tornando as empresas mais competitivas e os investidores estrangeiros outra vez interessado no país, na busca da reformulação total da estrutura do Estado (Filgueiras, 1995).

Objetivando a estabilização, o Plano Real adotou algumas medidas: primeiro, o Ajuste Fiscal que tratava da necessidade de reestruturação da situação orçamentária e financeira do Estado, no qual parte das dívidas, tanto externa quanto interna elevadas, teve seus juros custeados pelo Fundo Social de Emergência, com o aumento das alíquotas de todos os tributos federais. Segundo, a criação da URV (Unidade Real de Valor), que foi instituída com o objetivo de alinhar os preços relativos de salários, de tal modo, que a nova moeda não fosse contaminada pela inflação passada. Assim sendo, o aumento de preços não altera constantemente, aumentando no mesmo percentual do mês trabalhado. E por último o estabelecimento do Real, como moeda, quando evidenciou-se a natureza específica da âncora cambial.

A geração de emprego pós-Real encontrou-se em níveis mais baixos ao do aquecimento das atividades econômicas, onde a apreciação cambial e a estabilidade econômica implicou no aumento da competitividade externa e a necessidade do aumento de produtividade compensatória, reduzindo o efeito expansionista da estabilização sobre o nível de emprego. Mesmo com a queda da inflação provocada pela estabilização, houve um crescimento do consumo, principalmente pelo fato de aumentar o acesso da parcela mais pobre da população aos bens de consumo duráveis, e não como se cogitou com o aumento dos índices de emprego, nem tão pouco com o aumento real dos salários.

Percebe-se, na atualidade, modificações no cenário econômico com características distintas: por um lado, tem-se recessão econômica, abertura com apreciação cambial até o ano de 1998 e reestruturação organizacional, que passaram a agravar as condições de empregabilidade e piorar ainda mais o já combalido quadro social das grandes RMS brasileiras; por outro, tem-se o controle inflacionário, que de certa forma vem contribuindo para uma melhoria no processo distributivo das camadas de baixa renda, mesmo em detrimento das rendas médias (Azevedo; Menezes, 1996).

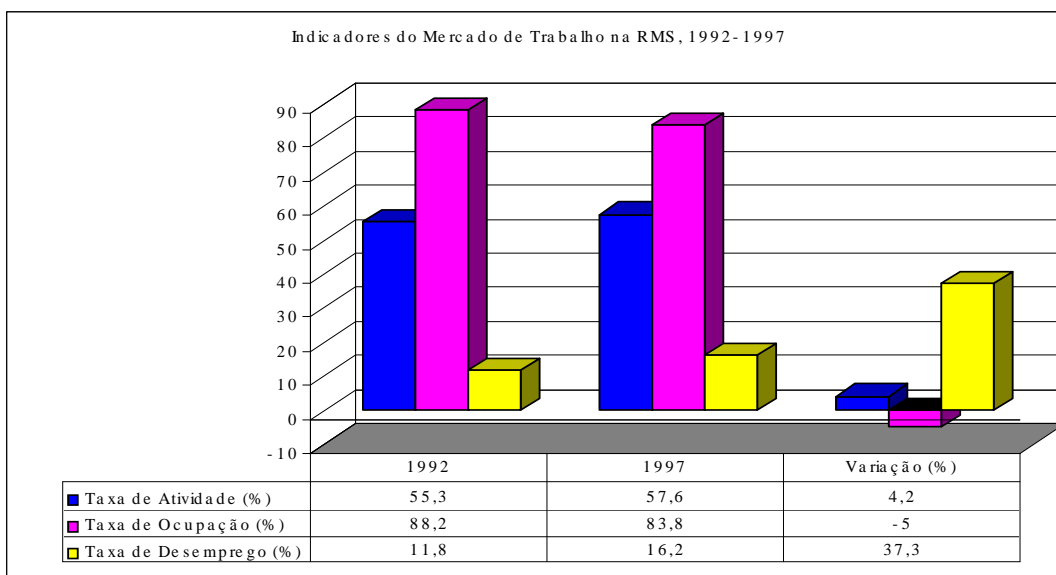
4.2 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO DA RMS, DE 92/97

A economia brasileira conheceu mudanças importantes, durante a primeira metade da década de 90, que romperam uma conformação sócio-econômica, construída no período do pós-guerra. Este desenvolvimento desigual foi interrompido com a crise dos anos 80, quando ocorreram as mudanças políticas e econômicas que vieram a caracterizar-se a atual década. O movimento recente de ruptura provocado pela política de abertura econômica foi justificado pelos aspectos considerados conjunturais e estruturais daquele modelo de desenvolvimento.

O Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Salvador apresentou características distintas no período de 92 a 97. Primeiramente, registrou uma queda relativa do número de ocupados na RMS, com um decréscimo de aproximadamente 5,0% do estoque de ocupados e uma taxa de atividade em crescimento de 4,2% - entre 1992 e 1997 - ver Gráfico II. Em

segundo lugar, foi observado um aumento da Taxa de Desemprego na RMS, “sendo uma das taxas mais elevadas dentre toda as Regiões Metropolitanas pesquisadas na PNADs” (Borges; Guimarães, 1997, p.54).

GRÁFICO II



Fonte: IBGE/PNAD

Essa contradição aparente pode ser explicada pelo comportamento da oferta e pela demanda no Mercado de Trabalho na RMS, como também pelas características estruturais deste mercado de trabalho ao longo deste período. Quanto à oferta, nota-se ainda que o excedente estrutural de mão-de-obra, ver Gráfico II, característica destacada nos anos de 1992 e 1997, mesmo com um aumento da taxa de atividade em 4,2%, segundo a PNAD de 1992/1997¹⁸. Isto ocorre apesar da redução da taxa de crescimento da população da RMS, tendo uma taxa 3,19% a a. durante a década de 80, declinando para 1,68%, de 1991 a 1996, segundo o IBGE.

O crescimento da população total da RMS continua em um patamar elevado para os atuais padrões, podendo ser explicado como um dos pólos de atração de fluxos migratórios. Este

¹⁸ Essa ampliação se dá em grande parte pela absorção da mão-de-obra do Mercado Informal de Trabalho, ver: Azevedo; Menezes (1996).

é um dos fatores que determinaram o grande aumento da População Economicamente Ativa (PEA) em 16,7% na RMS, do ano de 92 a 97, ver Tabela 4.

TABELA 4 – Indicadores do Mercado de Trabalho
RMS – 1992/1997

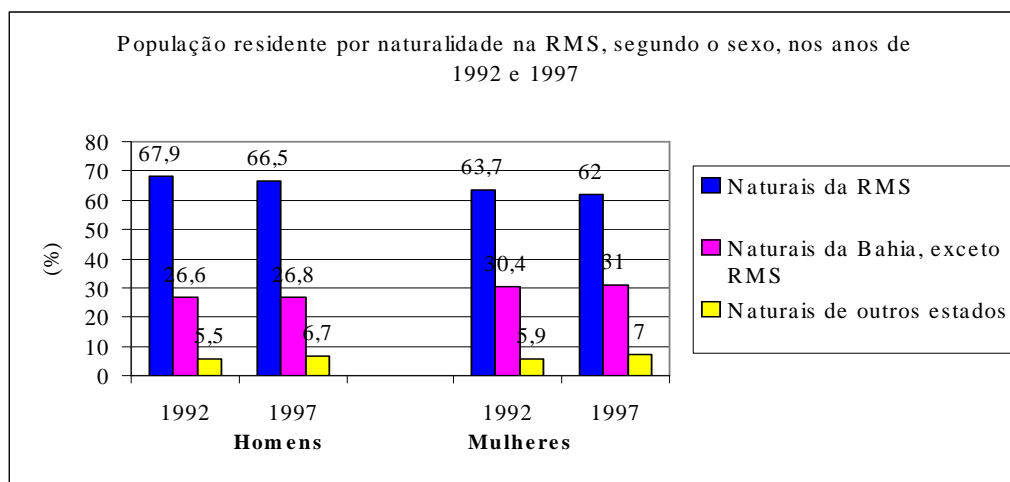
INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO NA RMS			
Indicadores e sexo	1992	1997	Variação (%)
PIA	2.027.787	2.269.568	11,9
Homens	964.723	1.065.767	10,5
Mulheres	1.063.064	1.203.801	13,2
PEA	1.121.081	1.308.117	16,7
Homens	655.907	731.765	11,6
Mulheres	465.174	576.352	23,9
Ocupados	989.065	1.095.577	10,8
Homens	587.927	637.400	8,4
Mulheres	401.138	458.177	14,2
Taxa de atividade (%)	55,3	57,6	4,2
Homens	68	68,7	1
Mulheres	43,8	47,9	9,4
Taxa de ocupação (%)	88,2	83,8	-5
Homens	89,6	87,1	-2,8
Mulheres	86,2	79,5	-7,8
Taxa de desemprego (%)	11,8	16,2	37,3
Homens	10,4	12,9	24
Mulheres	13,8	20,5	48,6

Fonte: IBGE/PNAD

Outro fator a ser considerado são as migrações entre os anos de 1992 e 1997, que aumentaram em aproximadamente 12,4 % o número de pessoas residentes não naturais da

RMS, sendo que as mulheres tiveram maior participação, com o crescimento de, aproximadamente, 13,6 % nos anos de 92 a 97.

GRÁFICO III



Fonte: IBGE/PNAD

A expansão da oferta está evidenciada pelo crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), equivalente a 187 mil pessoas no Mercado de Trabalho da RMS, num estoque de 1.121 mil pessoas em 1992, segundo a PNAD. Este incremento em 1997 é de 16,7 % em relação a 1992.

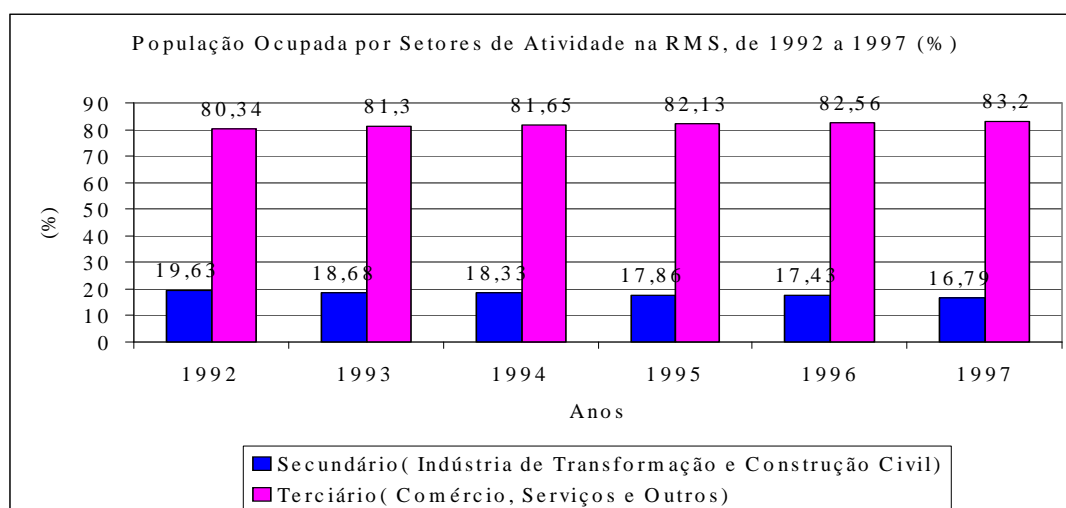
Os dados da Tabela 4 parecem sugerir que uma das explicações da grande sensibilidade da Taxa de Desemprego pode ser encontrada no comportamento da taxa de atividade, que vem aumentando na RMS. Este aumento da taxa indica uma mudança importante no comportamento da População em Idade Ativa (PIA), que sai da inatividade para pressionar o Mercado de Trabalho. É importante ressaltar um incremento do ritmo de crescimento da PEA feminina, de 1992 a 1997, em 23,9 %. Outras explicações podem ser o aumento do desemprego, ou mesmo o aumento do volume de trabalho esporádico. A proporção da PEA sobre a PIA é maior em 1997 do que em 1992, que também pode ser influenciada pelas mudanças conjunturais¹⁹.

Torna-se importante salientar também, que o aumento do desemprego acontece em função da incapacidade de absorção da mão-de-obra, vide o aumento em 4,4 pontos percentuais de 92/97, segundo a PNAD. Assim, ao crescer a oferta de trabalho, cresce também o

excedente de mão-de-obra. Por outro lado, não há uma queda dos excedentes de mão-de-obra, mesmo com a criação de atividades de baixa produtividade ou informais.

Várias são as características que determinam o Mercado de Trabalho na RMS, algumas já citadas anteriormente, e outras que se destacam pela “própria posição periférica da economia baiana”, como caracterizou Borges e Guimarães (1997, p.56), cujo determinante industrial da RMS tem como especialização a produção de bens intermediários²⁰, que atualmente encontra-se em processo de reestruturação produtiva em função da abertura econômica a partir do início da década de 90, diminuindo a capacidade de geração de novos postos de trabalho na indústria, declinando de 19,63 % para 16,70 %, de 1992 a 1997.

GRÁFICO IV



Fonte: IBGE/PME

Há de se considerar que o aumento da participação da População Ocupada no Setor Terciário de 80,34 % em 1992 para 83,2 % em 1997, simultâneo ao processo de declínio de participação da População Ocupada do Setor Secundário, funciona como “colchão” de absorção de parte da mão-de-obra desempregada pela Indústria e Construção Civil. Indicando uma queda considerável da qualidade do Mercado de Trabalho na RMS, caracterizado em parte pela prestação de serviços, com inserção de forma precária da mão-

¹⁹ Fato este debatido no sub-item 1.2 deste capítulo.

²⁰ Segundo Menezes (1997), fato que por si mesmo não gera muito emprego.

de-obra, levando a crer em um maior número de trabalhadores sem carteira assinada e baixos níveis de rendimento²¹.

OS IMPACTOS DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS, NO PERÍODO DE 92 A 97

O objetivo deste capítulo é analisar os impactos que ocorreram com o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho da RMS no período de 92 a 97, onde se observou dois aspectos distintos: de um lado, averiguaram-se as mudanças no tipo de ocupação em função da inserção da mulher no mercado de trabalho e as consequências com o desemprego²² e, por outro lado, estudaram-se as modificações na natureza qualitativa da participação feminina na atividade econômica.

A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

²¹ Para maiores esclarecimento a respeito do aumento da precariedade do Mercado de Trabalho, ver Azevedo e Menezes (1996).

²² "... explicar o emprego ainda não significa conhecer o desemprego. Isso porque o emprego não é necessariamente o contrário do desemprego. O primeiro objetiva a produção da subsistência e da satisfação das necessidades sociais e individuais, enquanto o segundo é fruto da não inserção das pessoas no tempo dessa produção" (Menezes, 1997, p.26).

A inserção diferenciada de homens e mulheres no mercado de trabalho é caracterizada primeiramente pela divisão sexual do trabalho que ocorre no interior da família, em que o desenvolvimento da divisão social do trabalho e sua organização tendem a dissolver às formas básicas da divisão sexual. Com isso, a estruturação do mercado de trabalho tende a preservar estereótipos (a exemplo da delicadeza, paciência, concentração, adaptação às atividades, agressividade, submissão, etc.), que constroem representações simbólicas em conjunto com a divisão sexual do trabalho adquirida na realização das atividades da esfera produtiva²³ (Kergoat; Lobo apud Borges; Guimarães, 1997).

A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende da combinação de características pessoais e familiares. O estado conjugal e a presença de filhos - em conjunto com a idade e escolaridade da trabalhadora, e as características do grupo familiar com sua estrutura e ciclo de vida - são fatores que estão sempre presentes na decisão das mulheres de ingressar e permanecer no mercado de trabalho. Embora a necessidade econômica e a existência do desemprego tenham papéis fundamentais na atividade econômica exercida pelas mulheres, estas não dependem apenas da demanda do mercado e suas necessidades e qualificações para atendê-la, mas de uma articulação complexa em permanente transformação dos fatores anteriormente citados (Bruschini; Lombardi, 1996).

Dessa forma, várias são as maneiras de inserção das mulheres nas atividades que tende a se concentrar em certos grupos de ocupações. O aumento da incorporação das mulheres no mercado de trabalho da RMS, de 92 a 97, foi da ordem de 53,6% da incorporação total. Isso vem a comprovar o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. As formas de incorporação que mais perderam espaço nesse período foram os conta-própria e os não remunerados. Essa redução na proporção de conta-própria foi, no entanto, um pouco maior entre as mulheres, que deixaram de ocupar (-2,2%) as novas vagas criadas. Isto se explica pelo incremento do número de mulheres que migrou para a classificação dos empregados assalariados, dentre esses domésticos e empregadores, (ver Tabela 5), e que na

²³ Para melhor compreensão desse debate, ver capítulo III dessa monografia.

sua maior parte, ficou desempregada. Ainda com relação às formas de incorporação da mulher no mercado de trabalho da RMS, é de se destacar o crescimento de participação dos empregados assalariados no total dos ocupados, que em 1992 representavam 51,0%, passando em 1997 a representar 53,3%. Na realidade, durante todo esse período, percebe-se uma variação muito pequena, na média de participação, o que possivelmente indica um limite estrutural do mercado de trabalho nesta situação ocupacional.

TABELA 5 – Composição por Posição na Ocupação, Segundo o Gênero
RMS – 1992/1997 (%)

Período	Total	Emprega dos assalaria dos	Emprega dos doméstic os	Conta própri a	Empregad ores	Não remunerad os	Consu mo próprio	Construç ão uso próprio
1992								
Homens	100,0	68,5	1,2	23,2	3,8	2,5	0,4	0,4
Mulheres	100,0	51,0	20,6	22,4	1,4	3,4	0,9	0,3
1997								
Homens	100,0	69,5	1,8	21,9	4,6	1,8	0,2	0,2
Mulheres	100,0	53,3	21,0	19,4	3,0	2,6	0,5	0,2
Incremento de 92/97								
Homens	100,0	80,5	9,8	5,4	14,8	-6,1	-2,6	-1,8
Mulheres	100,0	69,4	23,9	-2,2	14,5	-2,9	-1,7	-1,0

Fonte: IBGE/PNAD

A atividade masculina, cujo nível é muito mais elevado do que o da feminina no mercado de trabalho, vem demonstrando ao longo do período de 92 a 97 uma queda em relação às mulheres. As taxas de participação das mulheres revelam um aumento muito maior, proporcionalmente em relação aos homens, de incorporação ao mercado de trabalho na RMS.

Em 1997, a RMS contava com uma população ocupada de 1 095 577 pessoas, registrando um incremento de 10,8% em relação a 1992, menor que a variação da PEA neste período, o que significa um aumento na taxa de desemprego aberto, que variou em 37,3% de 92 a 97. Considerando que este índice revela que a população desocupada está à procura de trabalho, isto é, à participação no mercado de trabalho como economicamente ativa, ficou evidente que a economia da RMS não foi capaz, durante o período de 92 a 97, de oferecer oportunidades de novos postos de trabalho (ver Tabela 6).

TABELA 6 – Taxas de Variações de Índices no Mercado de Trabalho
RMS – 1992/1997 (%)

Indicadores Gerais ²⁴	RMS		Homens		Mulheres	
	1992	1997	1992	1997	1992	1997
PEA	100,0	100,0	58,5	55,9	41,5	44,1
Taxa de Atividade	55,3	57,6	68,0	68,7	43,8	47,9
Taxa de Desemprego	11,8	16,2	10,4	12,9	13,8	20,5
Taxa de Informalidade	46,4	45,1	42,9	42,8	51,5	48,4
Taxa de Precariedade	22,2	17,5	17,9	13,6	28,4	22,8

Fonte: IBGE/PNAD

Vale ressaltar que dentre as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, a taxa de atividade feminina continuou se expandindo, passando de 43,8% para 47,9%, indicando, de um lado, que os diferenciais de atividades entre os sexos continuam se reduzindo, e por outro, pode significar ainda um patamar elevado de precariedade de 17,5% e instabilidade do emprego, com a manutenção de um patamar elevado da taxa de informalidade para o sexo feminino.

O grau de informalidade do emprego diminuiu de 46,4% para 45,1%, entre 92 e 97 na RMS. No entanto, tal queda é mais acentuada para as mulheres do que para os homens. Enquanto o percentual de mulheres ocupadas informalmente passa de 51,5% para 48,4%, tal variação para os homens é de 42,9% para 42,8%.

No tocante à participação das mulheres na PEA, nota-se que passa de 41,5%, em 1992, para 44,1%, em 1997, continuando a pressionar o mercado de trabalho, embora haja forte retração das oportunidades de emprego. Assim, elas não estariam, voltando para casa, tornando-se novamente inativas, mas passando a integrar o contingente dos desempregados, que aumentou em 6,7%, enquanto o desemprego feminino cresceu 48,6%, contra uma retração de - 7,8% da ocupação, neste mesmo período. Logo, a absorção de mão-de-obra feminina foi inferior à masculina, na comparação dos anos 92 e 97²⁵.

A taxa de desemprego feminina, que era em 1992 de 13,8%, logo superior à masculina, então de 10,4%, acusa um significativo aumento, ampliando em muito o diferencial entre homens e mulheres, antes pouco expressivo. Com relação à Tabela 6, que sumariza os dados citados, em cinco anos a taxa de desemprego feminino sobe para 20,5%, ao passo que a dos homens alcança 12,9%. Essa nova tendência em relação à década de 80, quando foi constatado uma queda de 4,7% para 4,1%, entre 1981 e 1989, do desemprego feminino num ritmo contrário ao masculino, demonstra que as mulheres atualmente estariam encontrando maiores resistências do que antes na obtenção de um emprego ou exercício de uma atividade. Mas, também, isto pode ser explicado porque a PEA feminina cresceu acentuadamente no período, enquanto a variação da taxa de ocupação geral foi negativa.

É importante salientar, também, que em função das mudanças no mercado de trabalho, a estrutura de emprego na RMS encontra-se marcada pela impossibilidade de absorção da força de trabalho entrante neste mercado. Esse fenômeno é ainda reforçado pelo movimento de reestruturação produtiva em curso em diversos segmentos econômicos e pela política econômica pautada na necessidade de estabilizar a moeda (Menezes, 1997, p. 27).

²⁴ As definições e as formulas de cálculos dessas taxas se encontra CAPÍTULO II, no ponto 2.2

²⁵ Dados da Tabela 4, do CAPÍTULO IV.

Portanto, as mulheres constituem um grupo muito vulnerável a estas transformações, dada a distribuição ocupacional mais limitada. Ao mesmo tempo, vêm aumentando a importância e a visibilidade da contribuição feminina para o sustento familiar, na medida em que mais mulheres incorporam a força de trabalho em função da queda da renda dos homens, como forma de manutenção ou aumento da renda familiar. A maior importância econômica das mulheres e o aumento dos domicílios chefiados por elas estão enfraquecendo a imagem tradicional dos homens como principais provedores dos domicílios na RMS. No entanto, deve-se observar as especificidades da divisão sexual do trabalho que se reconfiguram a cada novo ciclo longo da economia.

O PERFIL DA MULHER OCUPADA NO MERCADO DE TRABALHO

A qualidade da mão-de-obra requerida pelos novos processos de trabalho, modifica-se mesmo com a queda da proporção da força de trabalho absorvida e das transformações da natureza de sua relação, alterando-se, portanto, os atributos que qualificam o gênero, tais como: nível de escolaridade, nível de rendimento, faixa etária e raça, e a participação nos setores de atividade.

Níveis de Escolaridade

O grau de instrução desempenha um papel fundamental na atividade econômica do mercado de trabalho. Alguns autores têm demonstrado que as mulheres mais escolarizadas passaram a se inserir mais intensamente no mercado de trabalho, o que pode não significar ainda uma melhor inserção em todo conjunto de participação.

TABELA 7 – Pessoas Ocupadas por Gênero e Anos de Estudo
RMS – 1992/1995 (%)

Grupos de anos de estudo	Mulheres		Homens	
	1992	1995	1992	1995
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	10,3	8,5	9,7	8,2
1 a 3 anos	14,2	15,2	15,9	18,1
4 a 7 anos	24,6	26,7	30,0	31,6
8 a 10 anos	13,2	13,2	15,7	15,2
11 a 14 anos	28,2	28,0	22,7	20,5
15 anos ou mais	9,1	8,3	5,7	6,4
Sem declaração	0,4	0,1	0,3	0,0

Fonte: IBGE/PNAD

Na Tabela 7, encontra-se a distribuição dos ocupados segundo gênero e anos de estudo. Em primeiro lugar, observa-se que, em 1992, a proporção de mulheres ocupadas com baixo nível de escolaridade (até 3 anos de estudo) era de 24,5%, valor inferior a dos ocupados masculino, 25,6%. Na classe de 4 a 7 anos de estudo, que corresponde ao primeiro grau incompleto, a proporção de homens era maior do que a de mulheres e, nas classes de 8 a 10 anos de estudo, que corresponde à escolaridade obrigatória do primeiro grau, e na de mais de 10 anos de estudo, as proporções de mulheres eram maiores do que as de homens, refletindo um melhor nível educacional das mulheres. Em 1995, constata-se uma queda nos níveis de escolaridade, principalmente entre o sexo masculino. De fato, há decréscimo de ocupados com nível de instrução inferior a 3 anos de estudo. Neste estágio, diminui a proporção das mulheres de 24,5% para 23,7% e ocorre um acréscimo no contingente masculino de 25,6% para 26,3%, de 1992 e 1995. Mas a queda constatada nos anos considerados é mais significativa entre os homens do que entre as mulheres nas classes

correspondentes ao primeiro grau completo (de 8 a 10 anos de estudo), segundo grau completo (de 11 a 14 anos de estudo) e no nível superior completo (de 15 ou mais anos de estudo), atingindo os trabalhadores com níveis de escolaridade muito próximos ao das trabalhadoras.

Em linhas gerais, estes dados agregados indicam um crescimento da absorção de mão-de-obra masculina com menor nível de escolaridade, que pode significar precarização, a exemplo do que ocorre com o grupo de 1 a 3 anos de estudo. Enquanto que as mulheres, mesmo com uma queda na participação de maiores níveis de escolaridade de 11 ou mais anos de estudo, permanecem ainda elevado com relação aos homens. No entanto, não se pode inferir daí que este processo representa apenas um melhor aproveitamento da mão-de-obra feminina mais qualificada²⁶.

As taxas femininas de ocupação são tanto mais elevadas quanto mais alto for o nível de instrução da mulher, mas, como o percentual de mulheres com escolaridade superior é relativamente pequeno na população ocupada como um todo, a participação desse grupo na força de trabalho global é conseqüentemente pequena.

TABELA 8 – Mulheres Ocupadas por Anos de Estudo e Rendimento
RMS – 1992/1995 (%)

Classes de Rendimentos*	Mulheres ocupadas por anos de estudo						
	Total*	Sem instr. e < de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Composição em 1992	100,0	10,3	14,2	24,6	13,2	28,2	9,1
Sem Rend + Menos de 1 SM	48,1	74,7	76,8	63,5	46,7	25,6	2,5
Sem Rend + Menos de 2 SM	73,0	94,4	94,3	91,3	81,2	54,9	8,9
Mais de 10 SM	2,4	0,0	0,0	0,0	0,4	2,5	17,8

²⁶ Como os empregos são cada vez mais baseados no conhecimento, essa disparidade em desempenho escolar tende a se refletir na situação profissional quando os atuais estudantes se tornam adultos. Isso não significa necessariamente que as mulheres têm melhores perspectivas profissionais do que os homens. Outros fatores, entre eles a discriminação sexual no trabalho, podem interferir, mas significa que as mulheres estão melhorando suas perspectivas profissionais em relação aos homens.

Composição em 1995	100,0	8,5	15,2	26,7	13,2	28,0	8,3
Sem Rend + Menos de 1 SM	47,5	77,8	72,0	65,9	48,9	20,6	1,5
Sem Rend + Menos de 2 SM	70,6	96,6	91,4	91,0	74,0	50,4	3,9
Mais de 10 SM	4,5	0,0	0,0	0,2	0,0	4,5	37,7
Composição do incremento	100,0	1,6	18,7	34,6	13,1	27,2	5,6

Fonte: IBGE/PNAD

*Inclui anos de estudo não-determinados

Além dos dados mais gerais de escolaridades, outros índices constantes da Tabela 8 ajudam a melhor caracterizar o perfil da ocupação feminina no período, 1992-1995. Na categoria com até 7 anos de estudos, mais de 90% das ocupadas ganham menos de 2 SM, sendo que, a categoria de 4 a 7 anos de escolaridade (primeiro grau incompleto), onde o contingente é de 34,6% do incremento do período analisado, o índice de mulheres com menos de 1 SM ou sem rendimento e o das que ganham no máximo 2 SM mantêm-se praticamente inalterado. Enquanto para as ocupadas com nível superior os ganhos salariais foram maiores, entre 1992 e 1995, o índice das que ganhava mais de 10 SM salta de 17,8% para 37,7%, mas ainda permanece muito inferior à proporção de homens com igual nível de instrução nesta classe de rendimento - 62,6%, em 1995.

Portanto, embora os dados sinalizem uma queda de oportunidades de trabalho para as mulheres e, em alguns aspectos, redução não muito acentuada das desigualdades de renda em função do grau de instrução, observa-se uma melhora de qualidade da maioria dos postos de trabalho para elas disponíveis. Parece, entretanto que os indícios das desigualdades se reduzem não tanto pela melhora das posições femininas no mercado de trabalho da RMS, mas, principalmente, pelas perdas sofridas pelos homens, cujas melhores posições no mercado de trabalho vêm sendo duramente atingidas pelas transformações em curso, a exemplo da reestruturação produtiva implementadas por setores industriais, químico e petroquímico, com baixa participação feminina, mas de grande importância no emprego total da RMS.

Níveis de Rendimentos

Uma outra característica para traçar o perfil do emprego feminino na RMS, é seu nível de remuneração, geralmente inferior ao masculino, tanto em 1993 como em 1995, conforme Tabela 9. Seja ao auferir as rendas padronizadas (onde se corrige o valor do rendimento médio pelo grau de instrução), seja ao se captar o valor médio segundo posição na ocupação, os diferenciais de rendimentos entre os sexos são invariavelmente desfavoráveis às mulheres. É verdade que em algumas classes de rendimentos estão diminuindo, em ritmo ainda lento, a exemplo do que ocorre com as mulheres na faixa de 1 a 5 SM, comparando-se os anos de 1993 e 1995. Isto é explicado em parte por Ribeiro Guimarães (1997, p. 77-78): “A queda da inflação decorrente da implementação do Plano Real, propiciou uma elevação da parcela da massa de rendimentos apropriada pelos indivíduos enquadrados nas classes de rendas mais baixas, entre o período de 1993/1995, na medida em que a redução expressiva do *imposto inflacionário* aumentou o poder aquisitivo daqueles que não têm acesso aos dispositivos do sistema bancário (aplicações financeiras) como forma de minimizar os efeitos penalizantes da espiral inflacionária”.

TABELA 9 – Pessoas Ocupadas por Gênero e Rendimento

RMS – 1993/1995 (%)

Posição na ocupação selecionada e classes de rendimento mensal	Anos			
	1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total de ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 SM	25,2	46,6	22,3	45,2
Mais de 1 a 2 SM	27,4	23,3	28,0	25,2
Mais de 2 a 5 SM	26,9	16,8	29,4	17,3
Mais de 5 a 10 SM	9,4	7,2	9,9	7,4
Mais de 10 a 20 SM	6,0	4,5	6,2	3,3
Mais de 20 SM	5,1	1,6	4,2	1,6
Empregados com carteira	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 SM	17,0	23,2	13,7	20,9

Mais de 1 a 2 SM	31,6	32,6	31,3	37,6
Mais de 2 a 5 SM	29,2	26,2	36,1	26,7
Mais de 5 a 10 SM	11,4	10,0	10,2	9,5
Mais de 10 a 20 SM	5,9	6,5	6,1	4,3
Mais de 20 SM	4,9	1,6	2,6	1,1
Empregados sem carteira	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 SM	59,4	56,0	47,9	57,4
Mais de 1 a 2 SM	22,7	24,4	30,5	26,9
Mais de 2 a 5 SM	12,6	12,5	14,7	11,7
Mais de 5 a 10 SM	2,2	3,6	3,7	2,4
Mais de 10 a 20 SM	2,0	3,0	2,2	1,2
Mais de 20 SM	1,1	0,6	1,1	0,4
Conta-Própria	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 SM	28,7	53,9	26,1	51,2
Mais de 1 a 2 SM	28,5	24,0	30,5	25,5
Mais de 2 a 5 SM	28,8	14,7	29,7	16,3
Mais de 5 a 10 SM	8,3	4,3	7,6	5,9
Mais de 10 a 20 SM	3,1	1,9	4,6	0,4
Mais de 20 SM	2,6	1,2	1,5	0,7
Trabalhadores domésticos	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 SM	79,5	90,2	90,3	69,0
Mais de 1 a 2 SM	17,6	9,3	9,2	24,4
Mais de 2 a 5 SM	2,9	0,5	0,5	4,4
Mais de 5 a 10 SM	0,0	0,0	0,0	0,0
Mais de 10 a 20 SM	0,0	0,0	0,0	2,2
Mais de 20 SM	0,0	0,0	0,0	0,0
Empregadores	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 SM	1,1	9,1	0,7	0,0
Mais de 1 a 2 SM	1,1	9,1	1,4	10,0
Mais de 2 a 5 SM	20,5	22,7	22,6	16,0
Mais de 5 a 10 SM	26,1	18,2	28,1	26,0
Mais de 10 a 20 SM	18,2	22,7	19,2	28,0

Mais de 20 SM	33,0	18,2	28,1	20,0
---------------	------	------	------	------

Fonte: IBGE/PNAD

Vale ressaltar que as mulheres melhoram sua posição relativa na condição de empregadas com carteira assinada e na de conta-própria, onde os diferenciais de rendimentos de 1 a 5 SM foram mais acentuados entre os anos de 1993 e 1995. Entretanto, há uma expansão mais acentuada nesta faixa entre os homens, se for adotada como critério de qualidade a carteira assinada, a participação feminina ainda deixar a desejar.

A partir da observação da Tabela 9, parece haver um “divisor de águas” nas classes de rendimentos com até 1 SM e de 1 SM a 2 SM dos empregados domésticos do sexo feminino, onde a primeira cai de 90,2% para 69,0% e a segunda aumenta de 9,3% para 24,4%, entre 1993 a 1995, permitindo que as mulheres obtenham rendimentos mais altos aos de seus homólogos masculinos.

Cabe também salientar que aumentaram os diferenciais entre os sexos no emprego assalariado sem carteira assinada, podendo-se concluir, daí, que não existe propriamente uma posição na ocupação, a exemplo daquelas mais protegidas, que seja mais favorável às mulheres. Embora seja na condição de empregados sem carteira assinada, que em 1993 as mulheres tiveram menor grau de desigualdades salariais em relação aos homens na RMS, o quadro em 1995 indica que são maiores em termos de superação na faixa salarial de até 1 SM. Entretanto, vale reafirmar que, em 1995, como em 1993, as mulheres empregadas com carteira assinada, assim como os homens, obtêm uma alta na classe de rendimento de 2 a 5 SM.

Analisando os dados da Tabela 10, sob o prisma da posição na ocupação segundo o sexo por grupos de estudo detecta-se que em 1995, os homens nas classes de rendimentos superiores a 10 SM e com 11 anos ou mais de estudo, têm maior participação que as mulheres, enquanto a participação nas ocupações com classe de rendimento de até 1 SM, daquela sem nível de instrução é superior à dos homens.

TABELA 10 – Pessoas Ocupadas por Gênero, Anos de Estudo e Rendimento

RMS – 1995 (%)

Sexo e classes de rendimento mensal	Grupos de anos de estudo						
	Total	Sem instr. e < de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 SM	20,8	37,4	33,3	25,7	15,6	5,7	0,0
Mais de 1 a 2 SM	26,2	30,5	32,0	31,5	30,2	15,9	1,0
Mais de 2 a 5 SM	27,5	18,7	23,2	28,2	34,8	34,4	8,8
Mais de 5 a 10 SM	9,3	3,8	1,9	5,3	10,7	21,6	14,2
Mais de 10 a 20 SM	5,8	0,8	1,0	1,6	2,1	13,3	31,4
Mais de 20 SM	3,9	0,0	0,2	0,7	1,0	5,2	38,2
Sem rendimento	4,2	6,9	7,4	5,2	3,3	0,8	0,0
Sem declaração	2,3	1,9	1,0	1,8	2,3	3,1	6,4
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 SM	41,4	65,7	64,7	56,3	43,3	17,8	1,5
Mais de 1 a 2 SM	23,1	18,8	19,4	25,1	25,1	29,8	2,5
Mais de 2 a 5 SM	15,9	1,9	6,5	7,5	19,5	31,1	17,6
Mais de 5 a 10 SM	6,8	1,0	0,8	0,9	5,0	11,2	30,4
Mais de 10 a 20 SM	3,0	0,0	0,0	0,2	0,0	3,2	25,0
Mais de 20 SM	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	12,7
Sem rendimento	6,2	12,1	7,3	9,5	5,6	2,8	0,0
Sem declaração	2,2	0,5	1,3	0,5	1,5	2,8	10,3

Fonte: IBGE/PNAD

O diferencial de rendimentos entre homens e mulheres, na RMS, demonstrou que a baixa taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho se deve em grande parte à rigidez na demanda por mão-de-obra feminina, mesmo naqueles níveis mais altos de escolaridade, que tenderia a reduzir os incentivos a um maior engajamento feminino nas ocupações da RMS. A participação das mulheres no mercado de trabalho, quanto ao nível de rendimentos, se dá de forma discriminada, mesmo quando as mulheres têm um nível de escolaridade igual ao dos homens, observando-se um diferencial de salários a favor dos homens. A exemplo do que ocorre com o grupo de estudo de 15 ou mais em relação a classe de rendimentos superior a 20 SM, tem uma participação masculina de 38,2%, enquanto as mulheres é representada apenas por 12,7%, no ano de 1995.

Faixa Etária e Raça

Na evolução das taxas de atividades por faixa etária (Tabela 11), observa-se que as pessoas de faixa etária intermediária, entre 20 e 39 anos, diminuem sua participação no mercado de trabalho, enquanto que os grupos que mais crescem estão nas faixas mais jovens, entre 10 e 19 anos, e nas faixas com mais de 40 anos.

TABELA 11 – Pessoas Ocupadas por Gênero e Faixa Etária
RMS – 1992/1995 (%)

Faixa Etária	Pessoas Ocupadas Segundo o Gênero			
	Homens		Mulheres	
	1992	1995	1992	1995
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 14 anos	2,5	2,8	2,0	2,1

15 a 19 anos	9,3	10,2	8,0	8,3
20 a 24 anos	15,1	14,4	14,7	15,1
25 a 29 anos	15,8	15,4	16,2	15,4
30 a 39 anos	29,4	27,3	30,2	30,4
40 a 49 anos	17,4	18,4	18,7	18,2
50 a 59 anos	6,9	8,2	8,2	8,0
60 anos ou mais	3,6	3,3	2,0	2,5

Fonte: IBGE/PNAD

Esta evolução é muito diferenciada entre homens e mulheres. No caso da força de trabalho masculina, a faixa etária que mais cresce na taxa de participação é de 40 a 59 anos, passando de 24,3%, em 1992, para 26,6%, em 1995. Nas demais faixas, somente a dos jovens aumentou a sua participação, tendo todas as demais decrescido a sua participação.

Entre as mulheres, há um aumento da taxa de participação para as faixas etárias mais jovens, até 24 anos. O maior crescimento situa-se na faixa etária mais velha, com mais de 60 anos, cuja taxa de participação passa de 2,0%, em 1992, para 2,5%, em 1995. As taxas de atividades por faixa etária com relação ao sexo da população na RMS indicam, no geral, uma evolução semelhante ao movimento da população total, como afirmar Borges e Guimarães (1997). No entanto, diferentemente desta, destacam-se na RMS o aumento da participação das mulheres mais velhas, com mais de 60 anos, e a taxa de participação da faixa etária intermediária, entre 20 e 24 anos.

Os dados da RMS mostram uma redução na faixa etária de 30 a 39 anos, o que pode estar indicando um movimento de substituição da força de trabalho masculina por trabalhadores mais jovens e por mulheres à medida que os salários pagos a estes grupos geralmente são mais baixos, conforme demonstrado anteriormente.

O movimento das taxas de participação por idade e sexo na RMS revela que a entrada dos homens mais jovens, assim como das mulheres no mercado de trabalho, pode representar que os mesmos não estão estendendo sua formação escolar e adiantando a entrada neste mercado, dadas as crescentes dificuldades ocasionadas pela perda da renda familiar, na medida em que os salários vêm se mantendo constante ou mesmo com perdas em grande

parte determinadas pelo aumento do desemprego, impossibilitando que as famílias possam sobreviver apenas com os salários dos respectivos chefes de família.

A população ocupada na RMS é um grupo homogêneo, formado na sua maioria por homens sob o ponto de vista do gênero, por pardos quanto à condição de raça e por pessoas na faixa etária entre 30 e 39 anos.

Analisando a relação do gênero quanto a raça, por exemplo, evidencia-se uma contradição, pois, mesmo sendo a força de trabalho feminina minoria na PEA e nos grupos raciais, ela é maior na taxa de desemprego.

Com base na Tabela 12, pode-se analisar que as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho na RMS têm as mais variadas dimensões, entre elas o acesso diferenciado às ocupações, devido à cor da pele ou sexo da força de trabalho. Este diferencial na inserção ocupacional entre os conjuntos demonstrou uma segregação ocupacional, concentrada em tipos diferentes e desiguais de ocupações. A segregação ocupacional pode envolver um grupo específico na taxa de ocupação, como por exemplo as mulheres brancas, cujo percentual de participação no mercado de trabalho foi de 21,8%, em se comparando com as mulheres negras, que foi de 17,2%, em 1995.

TABELA 12 - Pessoas Ocupadas por Gênero e Raça
RMS – 1992/1995 (%)

Cor ou Raça*	Pessoas Ocupadas Segundo o Gênero			
	Homens		Mulheres	
	1992	1995	1992	1995
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	19,7	19,2	21,1	21,8
Negra	16,2	18,3	15,5	17,2
Parda	64,1	62,5	63,4	61,0

Fonte: IBGE/PNAD

* Exclui as Raças Indígena e Amarela.

A proporção de mulheres não brancas, negras e pardas, na estrutura ocupacional demonstra que houve uma queda de 78,9% para 78,2%, entre 1992 e 1995. Isto caracteriza uma segregação ocupacional, com uma maior separação entre raças, onde as mulheres brancas apresentaram maiores chances de inserção em relação as não brancas, representando maior desemprego para as mulheres negras e pardas.

A distribuição dos homens e mulheres ocupados na RMS revelam diferenças significativas entre raças, uma vez que os homens e mulheres brancos se encontram com um nível de ocupação maior do que os homens e mulheres negros, constatando o que Bairros (1991, p. 9) chamou de “racismo, assim como o sexismo, ao provocar a inferiorização social, restringe o acesso do não branco à estrutura ocupacional, fixando-o em determinados locais”. Portanto, todos os resultados apontados pelos índices, confirmam a evidência de uma forma muito clara das diferenças raciais de inserção ocupacional, estando as mulheres negras concentradas no menor nível de ocupação.

A participação nos Setores de Atividades

Os dados referentes às pessoas ocupadas na RMS por setores de atividades apresentam como mudanças significativas, no período de 1993 e 1995, com uma queda no número de ocupações no Setor Secundário (Indústria de Transformação e Construção Civil), um aumento no Setor Terciário e uma manutenção no Setor Primário com baixa taxa de participação, por se tratar de Região Metropolitana.

TABELA 13 - Pessoas Ocupadas por Gênero nos Setores de Atividades

RMS – 1993/1995 (%)

		Pessoas ocupadas por gênero segundo o Setor de Atividade	
		1993	1995
Setores de atividades			

	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	2,1	2,1	2,1	2,9	3,4	2,3
Indúst. de transformação	8,8	11,5	5,3	8,9	11,7	5,3
Indúst. de construção	8,1	13,6	0,9	8,4	14,4	0,6
Outras industriais	2,1	2,7	1,2	1,8	2,4	1,0
Comércio mercadorias	18,4	19,5	16,9	18,1	18,5	17,5
Prestação de serviços	27,4	19,2	38,3	29,2	21,1	39,8
Serviços aux. ativ. econ.	5,4	6,5	4,0	5,3	5,8	4,8
Transporte e Comunicação	5,2	8,7	0,7	4,7	7,6	1,0
Social	12,1	4,9	21,5	11,7	5,4	19,9
Administração Pública	6,7	7,3	5,8	6,0	6,5	5,3
Outras atividades	3,7	4,0	3,3	3,0	3,3	2,6

Fonte: IBGE/PNAD

A baixa capacidade de absorção de mão-de-obra do setor industrial da RMS, em particular da indústria de transformação, que em 1993 representava apenas 8,8% do total de empregos, manteve-se em 1995, quando foi de 8,9%. Isto evidencia que o Pólo Petroquímico de Camaçari não contribuiu em termos de absorção de mão-de-obra direta para o aumento do emprego industrial na RMS, dado que a sua estrutura produtiva caracteriza-se pelo uso intensivo de capital, em conjunto com as mudanças estruturais e conjunturais que vêm passando o setor. Vale ressaltar a diminuição na estrutura de emprego no modelo de industrialização dos setores de química e petroquímica, caracterizado por barreiras à criação de novos postos de trabalho à medida em que não

houve incentivo para a criação de atividades industriais complementares. No interior deste processo, também existem as desigualdades estruturais provocadas em grande parte pelo segmento da mão-de-obra terceirizada, em cujas formas de contratação se agrava ainda mais os níveis de precarização das ocupações. No setor da indústria de transformação, a participação feminina não se alterou de 1993 a 1995, sendo que o ajuste para redução foi feito através da mão-de-obra masculina.

No Setor Terciário, a atividade que mais absorveu mão-de-obra foi a de prestação de serviços, que em 1993 representava 27,4% da participação total e, em 1995, passou a representar 29,2%. Quanto à participação feminina neste setor, houve um aumento de 1,5% de 1993 a 1995, que pode ser caracterizado como trabalho doméstico e emprego assalariado sem carteira assinada ou, mesmo, devido ao desemprego masculino do setor. Esta distribuição setorial também demonstrou um aumento de mão-de-obra feminina nos serviços auxiliares da atividade econômica que, em 1993, indicava 4,0% da participação, passando para 4,8% em 1995, sendo que esta alta relativa de participação de mão-de-obra no Setor Terciário está se caracterizando pela sua precariedade.

Cabe um destaque, no entanto, no Setor Terciário, para a grande participação das mulheres nas atividades de serviço social, onde estão incluídos os ocupados nas atividades privadas e públicas nas áreas de educação e saúde, com uma participação de 19,9% de mulheres, em 1995, contra 5,4% de participação dos homens. Portanto, a inserção das mulheres na participação do mercado de trabalho da RMS no período analisado ocorreu, apesar dos efeitos destrutivos do emprego feminino na reestruturação econômica, devendo-se, principalmente, ao crescimento de algumas poucas atividades, onde não somente a ocupação total cresceu, mas onde também houve substituição de homens por mulheres, a exemplo do Setor de Serviços.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da participação da mulher no mercado de trabalho na RMS, no período de 1992 a 1997, leva a algumas considerações que devem ser realizadas. Primeiro, as mudanças, tanto de ordem estrutural quanto conjuntural, da economia, cujos indicadores do mercado de trabalho, em geral são negativos durante a estabilização que caracterizou a economia brasileira, da metade para o fim do período estudado. Com isso, ocorreram alterações significativas no perfil do mercado de trabalho na RMS, uma vez que estas transformações na estrutura do mercado de trabalho foram avaliadas como negativas para a maioria da força de trabalho disponível na RMS.

Em segundo lugar, a análise feita com os dados da PNAD demonstraram, no período de 92 a 97, a continuidade do movimento de incorporação da mulher no mercado de trabalho na RMS, movimento já intenso nos anos oitenta e início dos anos noventa. Este aumento expressivo da participação da mulher ocorre, em um cenário marcado por profundas transformações no mercado de trabalho, que se traduz em desemprego, precariedade e informalidade acentuada da mão-de-obra feminina. Assim alguns avanços, como o aumento das taxas de atividade feminina e o crescimento do número de ocupadas na RMS devem ser minimizados, pois a análise das mudanças em curso na economia reforça os pontos negativos no processo de incorporação das mulheres no mercado de trabalho.

A investigação, das mudanças ocorridas na inserção das mulheres no mercado de trabalho da RMS, entre 92 e 97, destacou-se as condições desfavoráveis de incorporação, quando considerada a grande desvantagem feminina na disputa de novos postos de trabalho no mercado. Assim, as mulheres se inseriram em ocupações onde existe maior precariedade e informalidade em relação ao conjunto dos trabalhadores masculino.

Das investigações realizadas, ficou evidenciado que há discriminação sexual na obtenção de rendimentos na RMS e que esta deve-se não às diferenças de escolaridades entre os

sexos, mas, à forma de inserção ocupacional da mão-de-obra feminina, tanto no que diz respeito às características dos grupos ocupacionais como dos segmentos de atividade econômica onde essa mão-de-obra mais frequentemente se insere.

Constatou-se, que a discriminação por gênero ocorre devido às fortes restrições as mulheres para ocupar as melhores posições na estrutura ocupacional da RMS que oferecem melhores remunerações. Tudo leva a crer que a discriminação contra as mulheres toma forma de segregação ocupacional quando se refere ao pagamento desigual, onde as diferenças entre rendimentos estão mais relacionadas às ocupações e menos à escolaridade, uma vez que houve ganhos significativos quanto ao grau de instrução das mulheres ocupadas.

Os resultados por sexo e raça evidenciaram diferenciais de incorporação no mercado de trabalho, sendo que a segregação ocupacional é revelada pela melhor distribuição nas categorias de ocupações de homens e mulheres brancas em relação aos não brancos, principalmente na indústria entre os homens e nos serviços entre as mulheres. A proporção de não brancos é menor nas categorias de ocupações de nível superior para ambos os sexos.

As mulheres predominam em empregos nos setores em expansão, a exemplo de algumas categorias da atividade de serviços, enquanto os homens, particularmente aqueles com mais baixo grau de escolaridade, estão “amarrados” em empregos nos setores em declínio.

A expansão da atividade feminina, no período de 1992 a 1997, ocorre apesar dos efeitos destrutivos do emprego feminino na reestruturação econômica e deve-se, principalmente, ao crescimento de algumas poucas atividades onde não somente a ocupação total cresceu mas, também, houve substituição de homens por mulheres. Algumas dessas atividades caracterizam-se pela forte presença de mulheres como serviços domésticos e pessoais. Em outras o peso das mulheres passou a ser tão expressivos quanto os homens, como, por exemplo, as atividades de comércio e de serviços auxiliares da atividade econômica. Deve-se destacar que setores com forte presença feminina como comércio e prestação de serviços, tiveram aumentos significativos da participação feminina nestes setores. Enfim, nesse novo mundo do trabalho, ainda que, as desigualdades de gênero possam parecer

menores, as mulheres ainda se mantêm numa situação desvantajosa, como indicam as elevadas taxas de desemprego feminino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Maiza. Feminismo tem novas frentes de luta. **A tarde**, Salvador, caderno,1, p.14, 8 mar., 1998.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- AZEVEDO, José Sérgio G. Flexibilidade no mercado de trabalho e desemprego: experiência americana e européia. **Bahia Análise & Dados**. Salvador: SEI, v.5, n.3, p. 9-21, dez. 1995.
- 4 AZEVEDO, José Sérgio G, MENEZES, Wilson Ferreira. Mudanças nos mercados de trabalho de algumas regiões metropolitanas: desemprego e informalidade. **Força do Trabalho e Emprego**. Salvador: v. 14, n. 1/2/3, p. 2-13, dez. 1996.
- BAIROS, L. Mulher negra: o reforço da subordinação. In: LOVEL, P. A. (org.). **Desigualdades racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1991.
- BARRETO, Vanda Sá. Diferenciações raciais no mercado de trabalho. **Força do Trabalho e Emprego**. Salvador: v. 10, n. 1, p. 29-33, jan./abr. 1993.
- BORGES, Ângela, DRUCK, Maria da Graça. Força de trabalho e emprego. **Indicadores Sociais**. Salvador: CEI, série especiais CEI, 1992.
- BORGES, Ângela, GUIMARÃES, Iracema B. Participação da mulher no mercado de trabalho da RMS nos anos 90. **Bahia Análise & Dados**. Salvador: SEI, v.7, n.2, p. 53-68, set. 1997.
- BRAGA, Thaiz S. **O mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador:** transformações conjunturais e estruturais 1990-1994. Salvador, 1995. 94p. Monografia (Graduação em Economia) UFBA.
- BRUSCHINI, Maria C. A. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: n. especial, 2º semestre/1994.
- BRUSCHINI, Maria C. A. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade. In: ABRAMO, Lais; ABREU, Alice R. P. (Orgs.). Gênero e trabalho na sociologia Latino-Americana. São Paulo: ALAST, 1998.**
- BRUSCHINI, Maria C. A., LOMBARDI, M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: **Encontro nacional de estudos populacionais da ADEP, 15, 1996**. Caxambu: v.2, p. 483-513, 1996.

- BRUSCHINI, Maria C. A., ROSEMBERG, Fúlvia. A mulher e o trabalho. In: **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1982, p. 9-22.
- BULPORT, Andrée K. **Trabalho feminino, trabalho das mulheres**: força em jogo nas abordagens dos especialistas. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- CAMARGO, José Márcio. **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CAPPELLIN, Paola. A valorização do trabalho feminino: contextualizando as ações positivas. **Estudos feministas**. Rio de Janeiro: v.4, n.1, p. 158-181, 1º semestre/1996.
- CARDOSO, Irede. **Mulher e trabalho**: discriminação e barreiras no mercado de trabalho. São Paulo: Cortez, 1980.
- CASTRO, Mary Garcia. Mulher e a crise no Brasil. A mulher no mercado de trabalho urbano dos anos 80. **Cadernos CEAS**. Salvador: n. 129, p. 64-79, set./out. 1990.
- CASTRO, Mary Garcia. O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos. **Cadernos CRH**. Salvador: CRH/UFBA, n.17, p. 80-105, 2º semestre/1992.
- CASTRO, Mary Garcia, LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objetivo. In: COSTA, Albertina O., BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992, p. 242.
- CONGRESSO NACIONAL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: Gráfica do Senado, 1988.
- COSTA, Ana Alice A. O feminismo acabou? Trajetória e perspectivas para o próximo milênio. **Bahia Análise & Dados**. Salvador: SEI, v.7, n.2, p. 30-35, set. 1997.
- 5 DEDECCA, Cláudio S. Emprego e salário: uma análise a partir da pesquisa de emprego e desemprego na grande São Paulo SEADE/DIEESE. In: **Encontro nacional de estudos populacionais da ADEP, 5, 1986**. Águas de São Pedro: v.2, 1986.
- DEDECCA, Cláudio S. Desemprego e regulação no Brasil hoje. **Caderno CESIT**. Campinas: n. 20, 1996.
- DURHAM, Eunice. Família e reprodução humana. In: FRANCHETTO, et al. **Perspectiva antropológica da mulher**. Rio de Janeiro: n.3, p. 13-44, 1983.
- FILGUEIRAS, Luís M. **Plano FHC e desindexação**: a questão salarial. Texto 1. Salvador: APUB, 1995.
- GUIMARÃES, Iracema B. Famílias, relações de gênero e experiência feminina no trabalho. **Cadernos CRH**. Salvador: CRH/UFBA, n. 16, p. 51-64, 1º semestre, 1992.

GOLDANI, Ana Maria. Retratos de famílias em tempos de crise. **Estudos feministas**. Rio de Janeiro, n. especial, 2º semestre/1994.

HUMPHREY, John. Mercado de trabalho, recessão, desemprego. In: **Seminário do departamento de sociologia**. São Paulo: USP/Pós-Graduação (notas), 1990.

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. IBGE, Rio de Janeiro, 1992/1997. Capturado em 15 mar. 1999. Disponível na Internet em <http://www.ibge.org.br>.

IBGE, **Pesquisa Mensal de Emprego – PME**. IBGE, Rio de Janeiro, 1990/1997. Capturado em 15 mar. 1999. Disponível na Internet em <http://www.ibge.org.br>.

LAVINAS, Lena. Aumentando a competitividade das mulheres no mercado de trabalho. **Estudos feministas**. Rio de Janeiro: v.4, n.1, p. 171-182, 1º semestre/1996.

6 LAZANA, A. E. T., CACCIAMALLI, M. C. Evolução da mão-de-obra na indústria (anos 80). **Informações FIEP**. São Paulo: n.94, 1988.

LIMA, Roberto Alves de. Participação das mulheres casadas no mercado de trabalho: um estudo com base nos microdados das PNADs. In: Encontro nacional de economia, 24, Águas de Lindóia, 1996. **Anais**. Águas de Lindóia: ANPEC, 1996.

MADEIRA, F. R., SINGER, Paul I. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil 1920-1970. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo: CEBRAP, n.13, 1973.

MATTOSO, Jorge. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. **Força do Trabalho e Emprego**. Salvador: v.14, n. 1/2/3, p. 21-30, dez. 1996.

MATTOSO, Jorge, BALTAR, Pedro Eduardo de A. **Transformações estruturais e empregos nos anos 90**. Campinas: CESIT, 1996.

MELLO, Hilda Pereira, PENA, Maria Valéria Junho. A condição feminina e a teoria econômica. **Literatura Econômica**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, v. 7, n. 1, p. 3-10, fev. 1985.

MENEZES, Wilson Ferreira. Perfil do desemprego na Região Metropolitana de Salvador. **Conjuntura & Planejamento**. Salvador: SEI, n. 39, ago. 1997.

MILL, John Stuart. A sujeição das mulheres. **Literatura Econômica**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, v. 7, n. 1, p. 11-38, fev. 1985.

MOSER, Anita. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho Industrial. Porto Alegre, 1985. Dissertação de mestrado. Faculdade de Economia, UFRGS, 1985.

- MOTTA, Alda Brito da. Emprego doméstico: revendo o novo. **Cadernos CRH**. Salvador: CRH/UFBA, n. 16, p. 31-49, 1º semestre/1992.
- NASCIMENTO, Ivan do. **Os impactos do Plano Real sobre os níveis de emprego na Região Metropolitana de Salvador**. Salvador, 1997. 58p. Monografia (Graduação em Economia) UFBA.
- O FUTURO sexo frágil. **Gazeta Mercantil**. Caderno Especial: Leitura de Fim de Semana, p. 1, 11 out. 1994. Traduzido do The Economist.
- RAMOS, C. A. O desempenho do mercado de trabalho em 1987. **Trabalho realizado para secretária de emprego e salário do Ministério do Trabalho**. Brasília, 1989. (mimeo)
- RIBEIRO GUIMARÃES, José. Mulher: trabalho e desigualdade de renda. **Bahia Análise & Dados**. Salvador: SEI, v.7, n.2, p. 69-88, set. 1997.
- RODRIGUES, Jessita. **A mulher operária: um estudo sobre as tecelãs**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SABÓIA, J.L.M. **Considerações sobre as transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a recessão 1980-1983**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985.
- SADENBERG, Cecília M. B. E a família, como vai? Mudanças nos padrões de família e o papel da mulher. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, SEI, v.7, n.2, p. 5-15, set. 1997.
- SAFA, Helen I. Mudanças nos papéis de gênero na América Latina e no Caribe. **Caderno do CRH**. Salvador, CRH/UFBA, n. 16, p. 7-30, 1º semestre/1992.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. 2ª ed. São Paulo: Best Seller, 1994.
- SANTOS, Martha M. R. R. Padrões de organização familiar em Salvador e na RMS: as famílias chefiadas por mulheres. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, SEI, v.7, n.2, p. 110-128, set. 1997.
- SILVA, Rosângela A. **Estudo sobre o trabalho feminino na indústria de confecção na região de Florianópolis**. Florianópolis, 1997. 61p. Monografia (Graduação em Economia) UFSC.
- SINGER, Paul I. **Economia Política do Trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1977.
- SOUZA LOBO, Elizabeth. A mulher trabalhadora. **Debate Sindical**. São Paulo: DESEPCUT, v. 3, n.10, maio 1989.

